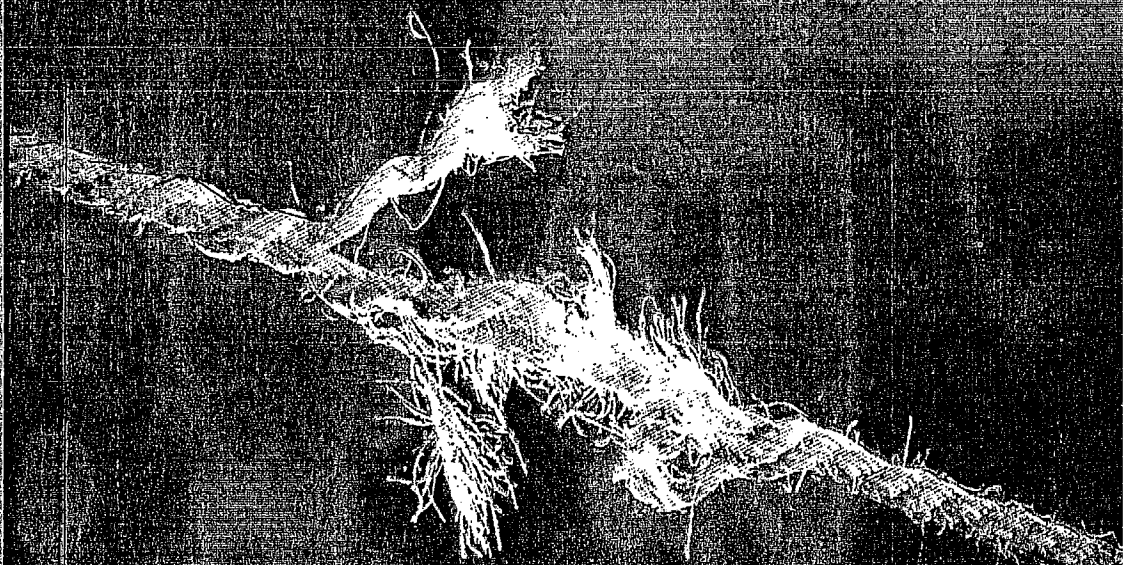


Valdemar Sguissardi e
João dos Reis Silva Júnior



Trabalho intensificado
nas federais

PÓS-GRADUAÇÃO E PRODUTIVISMO ACADÊMICO



Valdemar Sguissardi
João dos Reis Silva Júnior

Trabalho intensificado nas *federais*:

PÓS-GRADUAÇÃO E PRODUTIVISMO ACADÊMICO

São Paulo



2009

© 2009 by Valdemar Sguissardi e João dos Reis da Silva Júnior

Direitos desta edição reservados à EJR Xamã Editora Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial, por quaisquer meios,
sem autorização expressa da editora.

Edição: Expedito Correia
Capa: Hécio Fonseca
Revisão: Estela Carvalho
Editoração eletrônica: Xamã Editora

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

S523 Sguissardi, Valdemar.
Trabalho intensificado nas federais : pós-
graduação e produtividade acadêmica / Valdemar
Sguissardi, João dos Reis Silva Júnior. - São
Paulo : Xamã, 2009.
271 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografias.
ISBN 978-85-7587-121-8

1. Universidades e faculdades públicas -
Brasil - Pós-graduação. I. Silva Júnior, João
dos Reis. II. Título.

CDD 378.81

Apoio:



EJR Xamã Editora Ltda.

Rua Professor Tranquilli, 27 - Vila Afonso Celso

CEP 04126-010 - São Paulo (SP) - Brasil

Tel.: (011) 5083-4649 Tel./Fax: (011) 5083-4229

www.xamaeditora.com.br vendas@xamaeditora.com.br

6 CENTRALIDADE DA PÓS-GRADUAÇÃO E PRODUTIVISMO ACADÊMICO

No primeiro capítulo, procurou-se compreender as razões do novo modelo de pós-graduação em vigor no Brasil, sob a orientação e controle da Agência Capes, e o que aqui se chama de produtivismo acadêmico, assim como as relações entre eles. Com o objetivo de aprofundar a compreensão dessa temática a partir do exame da representação que dela fazem os professores-pesquisadores entrevistados, organizou-se este capítulo em dois eixos: 1) a centralidade da pós-graduação nas Ifes e suas conseqüências; e 2) o produtivismo acadêmico e algumas de suas relações. Como pano de fundo dessa análise, busca-se mostrar a articulação do movimento mais amplo da mundialização do capital com a reforma do Estado, que resultou na criação e fortalecimento institucional da via privado/mercantil deste.

Pode-se iniciar a análise argumentando que esse evento, entre outras decorrências, abriu um espaço jurídico para mudanças no CNPq e na Capes. O primeiro parece ter-se tomado um indutor de pesquisas estruturais aplicadas e incentivador de políticas sociais focais, enquanto a segunda, pelo que se pode inferir, parece ter-se tornado uma agência reguladora da pós-graduação no país, orientando estrutura, ações e "produtos" dos programas. Esta rígida estratégia é realizada, predominantemente, por meio de seu modelo de regulação e controle, dito de avaliação, e de simultâneo e vinculado processo de financiamento. O resultado dessa estratégia é a classificação dos programas em cada área por meio de notas trienais atribuídas a cada um deles. Destaque-se, ainda, que essas duas agências soem ter políticas institucionais articuladas e orientadas pelo projeto de país que se pôs em movimento desde o governo FHC e que perdura no governo Lula.

No primeiro capítulo deste trabalho, procurou-se mostrar que há um movimento que converge para ambos os eixos aqui focados, bem como para as relações entre eles, formulado nos seguintes termos:

[...] o núcleo da ideologia do produtivismo acadêmico, como política de Estado e de cultura institucional, tem como sua mais completa tradução, no âmbito filosófico, o pragmatismo, e, no âmbito econômico, a mercadorização da ciência e da inovação tecnológica, o que o torna, com a pós-graduação, nos moldes atuais, o pólo gerador de uma reforma da instituição universitária que tende a colocá-la a reboque do mercado (página 62).

Portanto, busca-se mostrar aqui, por meio dos depoimentos de professores e alunos, os jeitos da pesquisa, a realização do movimento no cotidiano da prática universitária, o que se procurou ver, em nível de mediação mais amplo, no primeiro capítulo. No primeiro item examinam-se temas tais como as relações entre a pós-graduação, a graduação e as atividades docentes; a nova configuração da pós-graduação e sua rápida expansão; as críticas e elogios feitos à Capes (especialmente ao seu modelo de avaliação) e ao CNPq (especialmente em relação às suas prioridades de financiamento); os diferentes desenhos de dissertações e teses decorrentes da reorganização da pós-graduação; a formação dos novos doutores e as relações rearticuladas entre a graduação e a pós-graduação.

Adota-se uma diretriz metodológica nestes dois grandes eixos que consiste em tomar como centro para o desenvolvimento dos temas a história da formação da pós-graduação de duas Ifes com especificidades distintas, mas que, no momento atual, mostram mais simetrias do que assimetrias, o que ratifica a hipótese de trabalho assumida neste estudo quanto à existência de nova universidade e sua submissão à Capes e ao CNPq.

No segundo item deste capítulo, foca-se o produtivismo acadêmico, utilizando-se a mesma metodologia adotada no primeiro item, procurando mostrar no dia-a-dia dos professores os temas relacionados a este eixo por meio de temas como: o produtivismo acadêmico e a pós-graduação; sua relação com a competição entre os professores-pesquisadores interna e externamente às Ifes; a comparação entre as atividades docentes induzidas pelo produtivismo acadêmico e as demais atividades prioritárias de uma Ife; as relações de pressão entre a gestão da Ife quanto à produção e a intensificação e precarização do trabalho do professor-pesquisador; e, finalmente, em decorrência deste último tema, formas de resistência ao produtivismo acadêmico.

O papel central da pós-graduação no novo processo de trabalho nas Ifes

Na introdução deste capítulo, sugere-se que a pós-graduação reconfigura-se na universidade brasileira, de certa forma, por meio de três movimentos, e suas conseqüências, representados: 1) de forma mais evidente pelo papel que a Capes passa a ocupar na reorganização da pós-graduação no país (SGUISSARDI, 2006; 2007); 2) pelo papel indutor à pesquisa aplicada atribuído ao CNPq, por meio de editais, convênios e financiamentos de variada natureza; e 3) pelo mercado que se põe dentro da universidade e a universidade que se põe no mercado, possibilitando o trânsito entre p

sadores e o setor produtivo (mercado). Acrescente-se que estes três movimentos convergem entre si no contexto da mundialização de capital, que acentua a violência em que resulta esse processo de efetiva reforma da universidade.

Esta reorganização faz-se tendo os mecanismos estatais e mercantis gerados pela reforma do Estado como “guarda-chuva” jurídico. Aqui, em acréscimo, é possível inferir as relações entre a supervalorização da pós-graduação e a desqualificação em geral da graduação e a intensificação e precarização do trabalho do professor-pesquisador, como se observou no capítulo anterior.

Supervalorização da pós-graduação e desvalorização da graduação

As relações acima, já de alguma forma tratadas nos capítulos anteriores, são aqui ilustradas, de forma bastante clara, no primeiro excerto a seguir, enquanto no segundo o são de forma indireta. Entretanto, é necessário notar que o *breque* – “um pouco na pós-graduação” – e o voltar-se “um pouco mais para ministrar aulas na graduação”, dão-se orientados pela pesquisa que se efetiva na pós-graduação, mostrando que o carro-chefe da instituição é a pesquisa, em geral, aplicada, conforme exposto acima.

Quer dizer, mais uma reforma da graduação que não tem nada a ver com a pós-graduação. Porque parece que por caminhos outros está-se repetindo uma idéia que vem há muito tempo, que é a idéia de universidade de ensino e universidade de pesquisa. É, o problema é que tem que haver uma definição de competência. Nós já somos uma universidade de pesquisa, eu não darei conta de assumir esse compromisso de mais aulas na graduação. (EF6, 2007, p. 7)

Eu queria contar mais um sinal. Eu não nasci com a pós-graduação da Escola na área clínica. Já existia a área básica na época, quando eu estava terminando a residência. Então eu já fui embora do Brasil inscrito no doutorado, mas não cursando o curso. Então, quando eu voltei, eu continuei inscrito e defendi meu doutorado, e o que eu assistí nesse período? [...] A... minha disciplina tem em torno de 110 pós-graduandos, nós somos 11 professores. O que aconteceu? Nós todos fomos jogados, não do ponto de vista pessimista, mas fomos direcionados diretamente para a pós-graduação a ponto de nós mesmos acharmos que a nossa atividade na graduação estava sendo prejudicada. E aí nós voltamos um pouco, botamos um breque um pouco na pós-graduação e voltamos um pouco mais para ministrar aulas na graduação, pegar mais pesado nessa área, inclusive com pesquisa com graduandos. E outra coisa que a gente acha que é muito boa, que são os meninos da Iniciação Científica. (EF4, 2007, p. 4)

As relações entre a Capes, o CNPq, a predominância da pesquisa e a pós-graduação, as atividades do pós-graduando e a eventual indução da posição do professor-pesquisador são ratificadas abaixo. Isto eventualmente em detrimento da graduação e da atividade docente e sua qualidade por meio deste processo em que o produtivismo acadêmico mostra-se, aqui pela primeira vez. Por outro lado, a presença deste, induzida pelas agências reorganizadas, tem outra face que consiste nas precárias condições de trabalho dos professores, já mostradas no segundo capítulo, que os levar à intensificação e à precarização de sua prática universitária.

No primeiro capítulo, a mudança do trabalho do professor-pesquisador foi analisada de forma ampla; aqui, ela aparece na fala dos sujeitos em muitos casos com a característica de trabalho imaterial superqualificado e, ao mesmo tempo, como um trabalho produtivo, indicando as transformações em curso na prática universitária.

Para mim, por conta desta minha atuação um pouco em defesa da qualidade do ensino, questionando um pouco algumas políticas de educação superior porque estavam prejudicando um pouco a graduação, a questão da Capes do CNPq... Porque aqui a nossa pós-graduação é mais rígida do que a Capes porque passou a exigir uma – eu acho que deve ter, sim, esse tipo de produção – mas uma produção que eu achava que estava vindo um pouco e em detrimento à questão da graduação. [...] Porque a exigência da pesquisa e a necessidade de estar produzindo faziam com que os professores não se dedicassem muito a essa atividade [aulas]. Não que não se dedicassem. Vá lá, eles continuaram dando aulas. Mas, no meu modo de ver, tem essa questão de que, enquanto eles se atualizavam demais nessa questão..., deixavam de lado e ficavam numa repetição de metodologias, de cursos, porque é mais prático. Então, naquele tempo de andar com um carrossel [projektor] debaixo do braço, chegar lá ou mandar o pós-graduando dar uma aula sem que aqui tivesse uma finalidade de estar educando o pós-graduando. (EF2, 2007, p. ...)

No pragmático cotidiano, o professor-pesquisador produz sua prática universitária e parece sobre ela refletir no plano imediato. O entendimento de que o triplo movimento convergente apontado acima realiza sua nova formação por meio da prática universitária ainda não se revela. Entretanto, no excerto transcrito abaixo o entrevistado é enfático quanto ao referido movimento que se realiza no dia-a-dia das instituições. Segundo se pode ler, a relação entre universidade e mercado parece realizar-se nesta instituição de modo muito semelhante ao descrito pelo secretário de Tecnologia Industrial do MDIC, referido no primeiro capítulo.

Os tempos do mercado e da produção universitária devem equivaler-se e o trânsito dos pesquisadores entre a universidade e a empresa te

133

sido facilitado pela Lei da Inovação e pela Lei do Bem, ambas possíveis pela existência da dimensão estatal privado/mercantil decorrente do arcabouço jurídico que se armou sob a institucionalização do setor de serviços não-exclusivo do Estado ou competitivos.

O excerto abaixo é tão significativo nesse sentido que merece ser aqui novamente (ver terceiro capítulo) apreciado:

Agora uma coisa que eu observo, eu não sei como é que vocês estão vendo isso nessas pesquisas, mas, no caso aqui da escola, está havendo uma desvalorização da graduação. *Graduação aqui não vale coisa nenhuma, o importante é você estar publicando, ter orientação na pós-graduação e projetos que tragam dinheiro tanto de agência de fomento quanto da iniciativa privada e tal.* Então, você vai ver, por exemplo, quando você vai pedir credenciamento na pós-graduação e tal, existe um item que diz assim "valores de projetos, conseguidos extramuros, e que tragam financiamento pra instituição", esse é um dos itens da avaliação. (EFI, 2007, p. 5, grifos nossos)

Segundo os excertos dos depoimentos dos professores-pesquisadores podem-se notar as relações mediadas pela Capes e o CNPq entre o Estado e as práticas universitárias das instituições federais de ensino superior, segundo o novo paradigma de políticas públicas. Neste, as econômicas são universais e as sociais são focais. Por estas vias vai-se construindo a nova universidade brasileira, em que o que importa é a pauta de pesquisa e não sua autonomia institucional.

Como se caracteriza a pós-graduação

Por pertencerem a um mesmo subsistema, as universidades federais apresentam certas semelhanças no complexo de suas especificidades. Isto, eventualmente, por razões normativas de direitos e deveres, portanto, sujeitas às mesmas políticas, ao mesmo arcabouço jurídico, por influenciarem e serem influenciadas no mesmo lugar político do Estado. Tais aspectos deixam-nas aparentemente homogêneas, não permitindo, deste ângulo, perceber as especificidades culturais produzidas pela história de cada uma delas¹.

Entretanto, as mesmas especificidades de cada uma delas, que não são objeto central deste estudo, são relevantes para o entendimento do que se pretende com ele, segundo a diretriz metodológica adotada. Neste item, não se visa à história da pós-graduação das instituições, investigadas

¹ A esse respeito, ver em especial o terceiro capítulo deste estudo.

por meio de diversas frentes e com base em pertinente referencial teórico. Interessa aqui a compreensão do movimento por que passou a pós-graduação das Ifes estudadas. Para isto, buscam-se elementos históricos específicos de duas Ifes – UFU e Ufes –, para a compreensão do movimento contraditório entre o específico da prática universitária em seu cotidiano em especial no nível da pós-graduação, e as modificações no subsistema federal de educação superior.

Pelo exposto, ao visar-se à compreensão da centralidade atual da pós-graduação, não se toma a história das sete Ifes da amostra, mas, com exemplos, a construção da pós-graduação de duas distintas instituições que, por meios diferentes, contribuem para compor e auxiliar na explicitação dos dois eixos deste capítulo: a centralidade da pós-graduação e o produtivismo acadêmico. Esta é a diretriz que orienta o entendimento das relações entre a prática universitária da Ifes e a reforma e curso centrada na e movida pela pós-graduação.

História da formação da pós-graduação na UFU

A história da pós-graduação da UFU está, como nem sempre ocorre nas congêneres, diretamente articulada à história da própria instituição. Isto possibilita, mediante a análise de alguns depoimentos, apreender a especificidade do processo institucional, de seu início ao presente, bem como incorporar os elementos históricos diretamente relacionados com o subsistema federal de educação superior. Permite, por outro lado, o entendimento do papel que a pós-graduação assume e como se reorganiza e é orientada pela Capes.

Nos três excertos abaixo, no que se refere à pós-graduação, os depoimentos demarcam o início da Ufes, mediante a federalização de instituições locais, e suas relações com o desenvolvimento da região e as políticas de Estado. A federalização consiste em processo entre os agentes locais e os governantes no âmbito da União e, ainda que contraditório, institui características de simetria entre todas as Ifes. Reitere-se que cada uma delas tem sua própria forma de incorporar as políticas estatais.

Então eu vou começar um pouco pela história. Em primeiro lugar, o que acho importante é que eu estou aqui na universidade como professor desde o final dos anos [19]80, [19]89. Tem aí 19 anos que eu estou aqui como professor e nesse período a universidade se transformou muito. Mas eu fui ex-aluno. Então, de fato eu fiquei aqui desde [19]82 e só depois de quatro anos, só depois que ela se federalizou. [Sua entrada na UFU dá-se somente depois de quatro anos da federalização da IES local]

Então, eu conheço bem a sua história desde quando ela engatinhou e, por um acaso também, eu resolvi estudar a própria formação econômica da cidade, da região, e a universidade é uma parte disso. Então, além de conhecer como pessoa que participou, eu também estudei o processo, procurei discutir um pouco de como ela se desenvolveu dentro dessa sociedade aqui e as particularidades dela.

Então, [...] e por ser economista penso tanto nas coisas econômicas quanto nas políticas do Estado, e a inserção não só desse meio [contexto] quanto da própria universidade em todo esse ambiente [contexto]. Então, a própria construção dessa universidade é muito importante, como ela é criada e a minha imbricação com isso aqui é uma imbricação muito forte e a minha dedicação também é integral, aqui, a esse trabalho. Então, eu diria o seguinte: eu acho que uma coisa importante pra pensar a nossa inserção é a sua *singularidade, universidade, não é?* (EE6, 2007, p. 2-8, grifos nossos)

O acima exposto e os excertos desse mesmo depoimento² que se seguem mostram os momentos distintos da instituição, bem como características específicas locais, regional e nacional. O primeiro período da UFU inicia-se no plano da própria cidade, traço que parece ser em geral comum às Ifes (SGUISSARDI, 1993). Uma universidade em Uberlândia propiciaria à elite desta cidade dividendos políticos e econômicos, tendo sido o início institucional marcado pela visão e objetivos dos que a pensaram. Os "visionários" que a sonharam viam-na com a qualidade científica imaginada para um país melhor. A instituição local foi criada no contexto do nacional-desenvolvimentismo, por isto fazia todo sentido a existência de uma universidade ou uma instituição de educação superior na região.

Diferente de muitas universidades, no seu nascedouro, esta instituição tem uma imbricação muito forte com a dinâmica do desenvolvimento da cidade e da região. Quando começaram a pensar esta universidade lá pelos anos [19]50, era só um sonho de alguns visionários e políticos e o interesse era muitas vezes muito, mas muito aquém do que ela se transformou, mas eram visionários e começaram as discussões e a idéia era formar uma escola... A universidade... Era na época dos anos [19]50, se tinha um sonho grande de nação neste país também, mas aqui próximo, em Uberaba..., tinha a sua universidade. Então, era ter mais ou menos alguma coisa que se tinha na cidade vizinha. E, por transformações políticas no contexto nacional, veio a

² Faz-se uso deste depoimento, dentre vários outros, em razão de o professor ter feito sua dissertação de mestrado sobre o desenvolvimento da região, considerando as transformações da universidade; mas também em razão de a análise dos outros depoimentos indicar o mesmo movimento institucional dessa universidade.

ditadura, e as forças políticas de Uberlândia passaram a ser mais preponderantes no governo federal, porque elas estavam alijadas do governo enquanto Uberaba estava mais articulada com o poder estadual... Uberaba, uma cidade, vamos dizer assim, mais mineira, e Uberlândia é mais paulista, diria, mais multibrasileira. [...] *Então você tem uma singularidade, e o que acontece? Então ela vai nascendo, tem a ver com a postura política nacional e aí o homem forte da universidade passa a ser Rondon Pacheco, virou ministro da Casa Civil do governo Costa e Silva. E aí a UFU nasce com a [Universidade Federal de] Santa Maria. Costa e Silva é de Santa Maria [RS]... Rondon aproveita um espaço. Já tinha um velho sonho e tal e se cria e ele cria imbricada com as forças locais.* (EE6, 2007, p. 2-8, nossos)

Em primeiro lugar, segundo o que se lê acima Uberaba seria cidade “mais mineira”, enquanto “Uberlândia é mais paulista, eu diria, mais multibrasileira”. Isto confere às instituições sociais das duas cidades traços diferenciados, segundo a história e a cultura das duas cidades se revela, no caso de Uberlândia, na sua aproximação com o governo federal.

Na origem da UFU parece haver dois movimentos. Num primeiro momento mostra ter seu marco inicial no poder das elites locais, de forma semelhante à cidade vizinha, Uberaba, onde já havia uma universidade com características semelhantes em relação aos seus objetivos e favorecimentos dos fundadores dessa instituição. No entanto, ainda mais velha, e em razão disto mesmo, ela se mantém em linha de continuidade de seus objetivos iniciais. Por outro lado, parece haver outro movimento em Uberlândia que permite inferir alguns elementos históricos em nível mais amplo: a instituição de educação superior em Uberlândia aproxima-se do governo federal durante o governo militar autoritário.

Isto faz grande diferença para as duas instituições naquele momento nos dias atuais. Aqui, na “singularidade, e o que é que acontece?” “então ela [UFU] vai nascendo, tem a ver com a postura política nacional e aí o homem forte da universidade passa a ser Rondon Pacheco, que virou ministro da Casa Civil do governo Costa e Silva. E aí a UFU nasce junto com a [Universidade Federal de] Santa Maria. Costa e Silva é de Santa Maria [RS]... Rondon aproveita um espaço”.

A meta dos “visionários” da década de 1950, em pleno modelo nacional-desenvolvimentista, encontra objetividade histórica para realizar “Já tinha um velho sonho e tal e se cria. Só que se cria e ele cria imbricada com as forças locais.” Aqui, os dois movimentos se encontram: o nacional-desenvolvimentista da década de 1950, personificado na figura de Rondon Pacheco,

Pacheco, e o modelo de desenvolvimento associado ao capital internacional, representado pelo presidente Arthur da Costa e Silva. Isto parece marcar a UFU nos fundamentos de sua cultura institucional.

Este primeiro momento da UFU relaciona-se, não sem mediações com a especificidade local, com o contexto regional e nacional. Parece que as marcas contraditórias de Uberlândia e da UFU, de fato, puseram-se como pilares no desenvolvimento das duas cidades e nas identidades das duas universidades. O excerto abaixo permite, ao menos, fazer inferência sobre essas afirmações acima. Isto é, um apoio mais generoso à cidade de Uberlândia e às suas instituições sociais. Neste momento, segundo se lê no trecho abaixo, a UFU ter-se-ia aberto para o cenário nacional, tornando-se "multibrasileira".

E tem uma idéia que a Universidade de Uberlândia, a idéia é pra ser um espaço mais local do que pra fora. Mas os acontecimentos vão-se desdobrando e a cidade de Uberlândia vai tendo um ritmo de crescimento muito acima da média regional e brasileira e, quando começam esses sonhos, ainda tinha 40 mil, 48 mil habitantes, lá nos anos [19]50. Nos anos [19]70 ela já tinha 120 mil, ela já tinha praticamente dobrado em 20 anos. Então ela empatou com Uberaba, 120 mil. Só que de 1970 pra cá ela cresce 120 mil a cada década. Então, enquanto Uberaba hoje está com 200, quase 300 mil, Uberlândia já está nos 600 mil. Então, elas empatam em [19]70 e depois Uberlândia dobra. Aí, de 1970 começa a Escola de Engenharia, federal, uma luta tremenda, e em [19]78 ela é federalizada de fato e abre pro cenário nacional. (EE6, 2007, p. 2-8)

O segundo período histórico-institucional da UFU, pelo que se lê acima, já se coloca em outro contexto diverso do nacional-desenvolvimentista, e a instituição local passa por dois rápidos momentos: transforma-se em fundação e, em seguida, em uma Ifes. Neste momento teria ela fortalecido suas relações com o cenário nacional; passaria a fazer parte do subsistema federal de educação superior, submetendo-se, pois, a todo o arcabouço jurídico-institucional deste setor, o que fortalece a diretriz teórico-metodológica deste capítulo.

É aí que começa uma transformação importante, por quê? Porque de uma coisa mais local [...] cria-se como uma fundação em 1978, mas, por uma questão organizacional, eles [...] a transformam em] Universidade Federal de Uberlândia³. É criado um salário que é o dobro do salário nacional, que era

³ Ver Sguissardi (1993), sobre a autonomia das fundações e as reivindicações do movimento docente para a obtenção da isonomia entre as Ifes.

uma forma que se conseguiu, inclusive, para dar maior possibilidade de atração de quadros qualificados. Então, ela se junta num primeiro momento dois movimentos: a) um movimento que quer absorver das escolas estaduais aquele *professor sem nenhum futuro de pesquisador, aquele pra ser "auleiro"*, numa universidade de dar aula [de ensino], mas ao mesmo tempo *com a perspectiva profissional, por conta do salário, com capacidade de atrair quadros de boas universidades*. Você tem um exemplo próprio que você conversou e outros profissionais que vieram do interior de São Paulo, Rio de Janeiro e com visões já internacionais e com passagens em universidades do exterior e com visão já mais cosmopolita de universidade, eu diria assim, mais macronacional dessa universidade.⁴ Aqui se juntam duas forças, nesse primeiro momento (EE6, 2007, p. 7, grifos nossos).

Nota-se a diferença feita entre três categorias de professores. Aqueles que se dedicam especificamente à graduação têm seu foco voltado para este nível de ensino, "o auleiro", eventualmente não se atualizando no meio da pós-graduação. Fazem do ensino sua ocupação e seu modo de ganhar a vida, contribuindo à sua maneira para a construção da UFU. Entre estes, diferenciam-se ainda os contratados depois que a IES tornou-se uma Ifes e os que fizeram parte do primeiro período da universidade.

Ainda se pode mencionar a geração/categoria contratada que não foi titulada. Por outro lado, aqueles professores que já pertenciam à instituição antes que ela se tornasse uma fundação apossaram-se dos cargos dirigentes da estrutura da universidade. Pilar da cultura institucional, que mantém traços históricos relacionados ao autoritarismo do período militar.

No entanto, as normas jurídicas de uma fundação permitiram a contratação de professores já qualificados, com a perspectiva da pesquisa com experiência nacional e internacional, constituindo-se no grupo que viria a produzir, contraditoriamente, a plataforma para criar, consolidar e expandir o nível da pós-graduação. Este já é o terceiro e atual período da UFes, desde a federalização, com relações fortalecidas com o cenário nacional. Manteve-se, porém, em momento diverso do governo militar autoritário, então num momento de construção acentuada de uma democracia política, embora tímida no âmbito econômico e social (isto foi, de alguma forma, mostrado no primeiro capítulo). Destacam-se, também, nestes períodos a importância que tiveram os planos nacionais de pós-graduação levados às Ifes por mediação da Capes e do CNPq. Daí a emergência

⁴ Ver Mills (1968), sobre a transformação da disciplina em ocupação e o intelectual da universidade em acadêmico.

de gestores com perfil de pesquisador. Como se pode ler abaixo, trata-se do terceiro período, porém sempre com os elementos do primeiro e do segundo períodos, obviamente com predominância da última fase. Mas é uma fase em que se fazem presentes diferentes tempos históricos, quando professores de outra geração se fazem presentes nos dias atuais e se põem em constante debate com os da geração atual.

É esse vigor, já de pesquisa, tanto que ela se federaliza em 1978 e em 1985 já abre dois cursos de pós-graduação nas Engenharias. Então, já formado por pessoas que têm esse perfil de pesquisador, apontando pro futuro, não é? Nosso próprio reitor atual e outros, então no primeiro momento de 1978 a... – E: o prof. Arquimedes vem da Engenharia? – P: Da Engenharia Civil e por um acaso é o primeiro reitor doutor, perfil de pesquisador da instituição. Isso já neste século. Está fazendo seis anos agora em 2001. Então, em 2001 é o primeiro [...] e o Gladstone é representante da força local. O Antonino, o Ataulfo, todos os anteriores representantes do poder local que tinham a ver com aqueles criadores da instituição, que a criaram, como um objeto de posse e de crescimento de poder local, mas ao mesmo tempo um pouco visionários também, abertos para o crescimento futuro... E aí essa transição vai acontecendo. Lentamente ela vai-se pensar e até hoje ela guarda dentro da sua estrutura, que agora ela está num desabrochar aberto... Até no início dos anos 2000 era uma luta muito intensa contra aqueles que estavam aqui porque foram absorvidos no sistema de 1978. Então, se a gente fosse uma..., ainda estava na primeira geração, nós estamos fazendo a transição da primeira pra segunda geração e essa transição foi forçada por aquela reforma do Estado, nos meados dos anos [19]90, Collor, Fernando Henrique e tal, a proibição de novas contratações, a reforma da Previdência, que estimulam a aceleração das aposentadorias e um rejuvenescimento dos quadros. Então, nós tivemos uma mudança de pessoal muito grande e aí isso não é só específico, não, e a qualificação (EE6, 2007, p. 2-8).

Nos dias atuais, a pós-graduação na UFU e em outras Ifes está sendo reorganizada e o papel exercido pela Capes torna o conjunto de programas das instituições um pólo irradiador de mudanças nas Ifes, que as homogeneíza. No entanto, cada Ifes, em sua especificidade, criou base para o movimento de mercantilização da universidade estatal pública. Diga-se, em outro nível de análise, que as políticas do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério da Educação também contribuíram para a criação desta base.

Então, junto a isso, aí eu vou voltar, nesses anos, no final dos anos [19]70 e início dos anos [19]80, juntam-se então essas duas forças, uma menos política e mais de pesquisa e outra força mais política. A força política é pra ficar e

a outra é pra crescer. Uma só sobreviveria se ela avançasse com esse (vamos chamar assim) ganho salarial que se tinha, que era representativo. Só pra se ter uma idéia de quanto representava em [19]78, quando Uberlândia já está aí com quase 200 mil pessoas... O orçamento da universidade era duas vezes maior que o do município. O salário do professor era o topo do salário da região. *Então isso era importante, isso atraiu pessoas e aí vem a coisa da qualificação se juntar com a política nacional, da própria Capes, CNPq, que estimularam a pós-graduação. Aí vêm os [Planos Nacionais de Pós-Graduação] PNPQs, o primeiro, o segundo, com a criação institucional; depois com a formação e depois a expansão.* Está ali na formação. Então, essa turma que vinha de fora com uma visão mais cosmopolita, vamos chamar assim, *mais profissional*, eles todos começam já a sair. Era fácil demais sair [...] pro exterior. Então, essa turma já sai logo no início dos anos [19]80 e vai saindo, saindo aos montes, porque a universidade tinha um quadro muito acima... Um quadro, vamos chamar assim, um quadro generoso de técnicos e de professores e com salário representativo e o orçamento também fundamental. Então, se juntam..., como diria, aqui nesse histórico... Esses movimentos começam a se juntar, por quê? Nos anos [19]80, então, aquela turma que queria qualificação foi forçada ou não foi pra qualificação; outra turma ficou do jeito que estava, não se titulou, ficou graduada do jeitinho que veio e se apossou. Apossaram-se em grande parte dos cargos dirigentes da estrutura da universidade que ainda tem um pouco disso até hoje, ainda tem o resquício disso mas isso tem a ver também com o autoritarismo que esse país vivia, quer dizer, misturavam-se as coisas, *não é só uma especificidade de Uberlândia mas tem esse movimento já.* Até que ponto isso ajuda a explicar a universidade? Então eles saem pra se qualificar e no retorno vão criando novos grupos, novos cursos, pós-graduação, grupos de pesquisa com vinculações internacionais e nacional. (EE6, 2007, p. 2-8, grifos nossos)

A UFU teve muitas características próprias na sua história, mas também muitas simetrias com as demais IES do país. No entanto, quanto à formação de seu corpo docente, essa instituição foi privilegiada em suas políticas institucionais de titulação de professores, com visão de pesquisa e experiência nacional e internacional, o que teria proporcionado a formação da pós-graduação e possibilitado sua posterior reorganização para tornar-se força política central na universidade e pólo irradiador de mudanças na instituição, como já dito reiteradamente.

Então, você tem uma preparação de um potencial de produção que é latente, preparando-se nos anos [19]80 e está latente nos anos [19]90 e, nos anos [19]90, já começamos a ter o retorno de ex-aluno. Quer dizer, hoje na universidade muitos professores que são ex-alunos, ex-alunos que se viraram naquela perspectiva daquele grupo que apontava pro mundo, que

universidade permitia a mobilidade pro mundo. Eu próprio sou ex-aluno que entro e com 21 anos termino a graduação e já saio pro mestrado. Não tenho que ir pro mercado de trabalho; já vou é continuar, sair pra ir pro mestrado e assim vários começaram a fazer em meados dos anos [19]80. A universidade se federaliza como se nascesse federal em [19]78. Eu me formo em [19]85, já saindo pro mestrado. Não tem, quer dizer, já tem esse movimento. Se fosse só a primeira turma, isso com certeza não aconteceria. Então, esse salário diferenciado foi decisivo pra isso, pra atrair quadros que deram a possibilidade de um novo perfil, independente da posição política desses quadros. As alternativas deles eram [a da pesquisa]. E essa geração vai ser importante aqui. (EE6, 2007, p. 2-8)

Há um processo que vale destacar na UFU. Consiste em que a universidade, por meio da graduação e da pós-graduação, ambas consolidadas, contribui para qualificar cidadãos de Uberlândia, encaminhar seus titulados para o mercado de trabalho local, regional ou nacional, e para faculdades públicas ou privadas da região ou do país, mas, sobretudo neste contexto, para a própria UFU. Este movimento é de extrema relevância para o processo político e institucional da UFU, em face da história do desenvolvimento da região e da própria universidade. Contribui para o enfraquecimento da corrente local, que se pôs com força no início da fundação da universidade. Por outro lado, qualificou o corpo docente da própria UFU. Acrescente-se que este processo realiza-se simultaneamente à expansão da pós-graduação pós-LDB, à mudança do modelo de avaliação da Capes e ao direcionamento das pesquisas por meio de editais e convênios do CNPq e das FAPs estaduais.

É isso que revela o primeiro dos excertos abaixo, aqui novamente transcrito (ver terceiro capítulo):

Então, até o final dos anos [19]80 havia uma disputa muito grande. Quem chegava dizia o seguinte: "Eram os locais *versus* os forasteiros". Isso era incrível. Só que, como a universidade e o seu objetivo com o fluxo, com o ritmo que é intenso na cidade – na cidade também 50% da população é de fora –, então isso vai diluindo o poder local porque o local vai-se misturando com as novas forças que se agregam e com a qualificação e com a política governamental e o apoio pra privilegiar os qualificados. Eles ganham uma força independente do resquício histórico que se tinha na cidade, e mesmo aqueles politicamente vinculados a essa força anterior, também se qualificaram nessa segunda geração, ou seja, chegaram aqui como alunos e depois vai se formar a primeira geração de professores ex-alunos da instituição. Temos muitos espalhados em todas as faculdades. *E aí eles já têm o perfil mais profissional, um perfil mais de pesquisador.* Então, você tem hoje duas

forças políticas, claro, isso é comum em qualquer lugar e é até bom para o movimento que se tenha essa... Mas, ao mesmo tempo, já todos com a perspectiva de qualificação, *isso já é final dos anos [19]90, tranqüilo na instituição*. Acabou aquela idéia daqueles que puxam para não chegar a lugar nenhum, uma universidade “auleira”, *e aí hoje está pulsando pra pesquisa e pra pós-graduação*.

Isso é muito bom pra nós, não é à toa que se inicia a pós. Eu diria que bem prematuramente, porque ela estava começando, era uma coisa, eu diria, naquele período, em [19]85, era uma idéia muito vaga, ainda com uma massa que... Mas para aqueles de fora aquilo era quase natural. Então, você tem dois cursos... No final dos anos [19]90, 3 de doutorado, mais 3 de mestrado e hoje nós estamos com 36. De 16 pra 36, que nós passamos nesses últimos seis anos (EE6, 2007, p. 2-8, grifos nossos).

No início dos anos 1990, com o ajuste neoliberal e o início do ciclo de reformas institucionais no Brasil, as políticas sociais foram secundarizadas em benefício da política econômica, segundo o processo de mundialização do capital, ocorrendo, entre outros fatos, a redução drástica do orçamento do subsistema federal de educação superior. Porém, os professores dessa instituição que haviam saído para o doutorado começavam a voltar para a UFU. Isto permitiu a montagem de um quadro docente qualificado, a expansão da pós-graduação, bem como de sua produção intelectual e das atividades docentes que privilegiam a pesquisa, fazendo que a universidade, aos poucos, deixasse de ser “auleira”. Em vários momentos aparece a expressão “auleira” referindo-se à graduação, a uma atividade que não é central na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como se a aula fosse uma atividade desvalorizada neste novo momento da universidade, que estaria privilegiando a pesquisa. “Então, você tem dois cursos... no final dos anos 90, três de doutorado, mais três de mestrado e hoje nós estamos com 36. De 16 pra 36, que nós passamos nesses últimos seis anos.”

Não é um trabalho da direção que está fazendo isso, claro que não. Nós estamos ajudando, mas é um movimento que já está pulsando na instituição. E aí vem o que eu queria colocar pra juntar na pergunta que é central de vocês. Então você tem uma massa grande de pessoas saindo pra se qualificar, muitos inclusive nem voltaram. Muitos... Nós ajudamos a construir outras universidades, ou seja, bancou-se aqui doutoramento de muitos e foram embora, claro, principalmente alguns que tinham vindo aqui apenas como um degrau para irem pra algum outro lugar, mas contribuimos para o Brasil como um todo; isto faz parte do sistema nacional. Se a gente pensar como um sistema nacional, assim como as universidades em que nós nos formamos contribuíram pra nossa formação, então eu acho que essa rede precisa

ser muito bem construída e é importante pra nós. Então nós temos esse movimento e quando a política governamental no final dos anos [19]80, principalmente início dos anos [19]90, ela enrijece mais na questão orçamentária e na contratação de pessoal, na verdade ela enrijece num ponto em que nós não estávamos estrangulados. Nós estávamos com certa folga, no sentido de..., não é que folga é a questão... É que as pessoas estavam em qualificação, então nós tínhamos mais gente pra voltar do que pra sair. Então, você tem um saldo interessante nesse período que é no início dos anos [19]90 e isso permitiu um..., ou seja, quem volta... Você não muda o tamanho do quadro de docentes da universidade, mas a quantidade de pessoas em exercício passa a ser maior do que a que estava anteriormente e isso vai ser muito importante. Você está aposentando muitos lá na ponta que eram da velha geração, não-qualificados, e substituindo por pessoas qualificadas e isso aumenta o *potencial da pesquisa e não da aula, mas da pesquisa*. [...] Mas então pega nesse período a instituição. É aí que ela começa a avançar pro crescimento, ela começa a viver a fase de estrangulamento de recursos e a estabilidade do quadro de funcionários. (EE6, 2007, p. 7-8, grifos nossos)

A especificidade da UFU neste ponto é interessante por mostrar a criatividade com que foi enfrentada a reforma universitária efetivada, tendo como centro a pós-graduação. Havia uma poupança de recursos que se transformou em deslocamento futuro para contratação e formação de professores-pesquisadores “profissionais” com a visão de pesquisa. Isto é, na década de 1980, com bom orçamento e um quadro docente querendo se qualificar, a instituição produziu uma política institucional de titulação de seus quadros mais novos, da geração da “pesquisa” e não da “política”.

Quando ocorreu a reorganização do orçamento da União em face da escancarada abertura à economia internacional, sem protecionismo algum, e a adoção de todo o receituário do Consenso de Washington, toda política pública tornou-se política econômica e o objetivo posto era uma “ruptura com a Era Vargas”. O financiamento para o subsistema federal de educação superior caiu de forma vertiginosa, como se pôde aferir no segundo capítulo deste estudo. Mas isto não afetou profundamente a UFU, pois os professores que se qualificavam voltaram e os professores que faziam da disciplina uma ocupação (MILLS, 1968) aposentaram-se. Houve um aumento relativo, mas, sobretudo, uma profunda mudança qualitativa do corpo docente: ele está voltado para a pesquisa e para a pós-graduação. A UFU está pronta para um direcionamento na linha de continuidade dos governos FHC e Lula da Silva, mediados pelo CNPq e pela Capes, em direção ao mercado.

Outro ponto que se pode aferir no segundo capítulo e que será mencionado no excerto abaixo reside nas novas e variadas funções que os pro-

fessores passam a exercer por meio das NTIC. Se, de um lado, essas novas tecnologias constituem-se em instrumentos de redução do número de técnico-administrativos, por outro, trazem conseqüências para o professor-pesquisador.

Destaca-se, ainda, o fato da substituição dos professores temporários pelos permanentes no contexto do surpreendente aumento do número de vagas e drástica redução dos funcionários técnico-administrativos no setor estatal público, como também se pode ler nos capítulos terceiro e quarto. Isto cria contingências para o professor resolver a falta de funcionários: pela intensificação de seu trabalho ou conseguir bolsa de apoio técnico do CNPq ou outro tipo de financiamento para ter um assistente de pesquisa num contexto em que a pesquisa e os produtos dela decorrentes ocupam a centralidade institucional das Ifes no âmbito da pós-graduação. Outra forma muito recorrente utilizada pelos professores não-contemplados com bolsas e outras formas de financiamento público ou privado consiste na intensificação da prática universitária dos pós-graduandos. Pode-se depreender disso que este novo desenho institucional induz ao produtivismo acadêmico e que as relações que aí se desenvolvem reproduzem este traço central da nova universidade.

Cabe, por outro lado, pensar se os proventos de um professor-pesquisador "profissional" são de fato competitivos com os do mercado de trabalho. Duas considerações são possíveis diante da afirmação do bom salário de um professor-adjunto em uma Ifes. Ou há um êxodo destes "profissionais" ou eles passam a trabalhar muito mais do que outrora para manter o mesmo padrão de vida. Basta observar, no segundo capítulo, a involução dos proventos dos professores titulares nos tempos do "Brasil em reforma". A consideração mais provável, em face do arcabouço jurídico criado com a reforma do Estado para as Ifes, consiste em que o professor-pesquisador complementa seu salário e provê funcionários para seu trabalho nas Ifes por meio de financiamento obtido junto às agências de fomento ou ao setor produtivo. Nas duas considerações feitas, ocorrem a intensificação e a precarização do trabalho dos professores e dos funcionários técnico-administrativos, com graves conseqüências sociais, familiares e para a saúde, como se poderá ler no sexto capítulo.

No setor dos técnico-administrativos começa a ter um estrangulamento maior, mas as fundações da instituição de alguma forma vão fazendo contraponto disso aí. Mais recentemente, agora nos últimos seis anos, o Ministério Público vem fechando mais essa possibilidade, esse cruzamento de funcionários de fundações dentro da instituição. Está ficando cada vez ma

difícil e a tendência é de ele ser zerado. Nós estamos já encaminhando uma política institucional pra zerar, não ter mais funcionário nenhum das fundações prestando serviços. Eles não fazem serviços nem nas atividades-meio nem nas atividades-fim, eles vão fazer serviços apenas nas fundações, trabalho nas fundações. No passado, esse cruzamento de recursos era muito mais tranquilo, inclusive fornecendo condições pras pessoas saírem pra pós-graduação. Já não existe mais essa possibilidade, essa possibilidade foi sendo cortada, mas agora nós estamos numa fase em que precisamos ampliar os quadros se quisermos continuar crescendo. Então, agora nós estamos vivendo a fase em que precisamos de uma nova política e talvez essa sinalização do governo, do professor permanente, já vai ser um salto importante pra nós, a idéia de que nós vamos poder substituir todos os funcionários e professores, no caso agora, primeiro, só professores; depois, esperamos que vá abranger os funcionários, todos os professores que saírem ou que se aposentarem serão imediatamente substituídos por quadros efetivos, isso vai ser ótimo, isso vai permitir nós planejarmos um pouco mais. Temos aí na carteira uns 250 contratados [substitutos], o que é ruim, isso diminui a qualificação profissional. Nós vamos substituir esses 250 por 250 permanentes, provavelmente com perfil de doutor, isto é, de novo sem mudar o número, uma injeção de qualidade importante na instituição. *Não que os contratados sejam ruins, alguns são até doutores, mas a instabilidade é ruim porque eles não podem permanecer, não podem permanecer e eles têm que arrumar outras atividades, não têm como ele pensarem... Isso aqui não é o futuro deles até que eles passem num concurso.* (EE6, 2007, p. 2-8, grifos nossos)

O excerto a seguir parece mostrar o que foi afirmado acima, isto é, atualmente a Capes e o CNPq apertam os professores-pesquisadores “profissionais” para suprirem o financiamento das atividades prioritárias da universidade, enquanto o mercado oferece oportunidade para que isto ocorra em face do papel estratégico que a instituição universitária passou a ocupar na conjuntura atual do capitalismo brasileiro. Isto leva à intensificação e precarização do trabalho do professor, além de estar produzindo, no âmbito teórico, um debate muito interessante. Estaria o trabalho imaterial superqualificado em uma instituição estatal e pública tomando-se produtivo?

Alerta-se, além disso, que o professor pesquisador não se vê como a mercadoria força de trabalho quando, legalmente, por meio da Lei da Inovação Tecnológica, trabalha no setor produtivo (mercado), mas como especialista acadêmico (MILLS, 1968) que presta serviços por sua alta capacidade. Intensifica seu trabalho, diminui seu tempo para outros tempos de sua vida além do trabalho, como se verá no próximo capítulo.

Uma questão a mais para reflexão. Nesse movimento, entre outras coisas, o professor se vê compulsoriamente a construir sua própria estrutu-

ra de trabalho e, numa atitude individualista, não raramente, fazê-la sua propriedade. Além disso, para conseguir tal estrutura – que às vezes não passa de um microcomputador e uma bolsa de apoio técnico – necessita inchar seu Currículo Lattes com atividades e procedimentos que, eventualmente, destoam da ética própria a uma universidade estatal pública e o levam àquilo que, pela burocracia da instituição, da Capes e do CNPq, traduz-se no aqui denominado produtivismo acadêmico.

Então é uma coisa..., então nós estamos naquele momento: se a gente olhar o momento do início dos anos 90 até o início dos anos 2000, foi possível pra instituição, por conta um pouco da sua herança histórica, de alguma forma benéfica, que ela se sustentasse mesmo diante da diversidade. Ela tinha... Dentro da política do Paulo Renato, de terceirização, e isso teve impactos negativos pra nós, claro, mas foi possível. Então, eu gosto de dizer isso, porque, às vezes, e é uma coisa que o nosso mestre Celso Furtado gostava de dizer: *não basta você apertar se você não tem as condições estruturais pra que o projeto evolua*. Se nós... *"Ah, porque ele apertou, nós agora crescemos..."*. Outro dia eu tinha escutado um professor dizendo isso *"Ah, foi quando estrangulou que cresceu"*. Não foi porque estrangulou. Com o trânsito histórico que nós tínhamos, o aperto, mesmo com aperto, ainda continuamos desenvolvendo. Se tivéssemos tido uma política de melhor situação, poderia ser melhor ainda, poderia inverter o raciocínio. O Celso Furtado gostava muito de dizer isso: *"Não é só apertar, se você apertar e der condições é possível obter respostas positivas; se não tiver condições, você mata"*. E isso é o que tem aqui, é o cenário e se aplica bem. Entre o final dos anos [19]80 e os anos 2000 nós tínhamos um investimento a ser amadurecido, um grande investimento, um grande investimento da nação. Doutorou-se muita gente, investiu-se muito em estrutura. É claro que nós temos debilidade na parte de estrutura de equipamentos, claro, não é só porque eles ficam velhos e obsoletos como pra você aumentar o ritmo. – E: E também os funcionários técnico-administrativos. – P: *Os funcionários técnico-administrativos também, mas aí a informatização também, que é o Brasil e o mundo todo na área de telecomunicações, tudo, como vamos dizer, aposentamos as velhas máquinas de datilografia... Precisava de um funcionário pra datilografar uma carta... Hoje as cartas são todas pré-fabricadas, então um funcionário faz o serviço de 10, de 15*. Tem que qualificar isso também, embora, com o aviltamento dos salários, pro professor nem tanto, porque o professor encontrou outras alternativas de sobrevivência. Com apropriada qualificação, a maioria já entra no topo da carreira, não entra como auxiliar, já entra como adjunto, então consegue sobreviver. – E: Muita gente consegue a bolsa do CNPq. – P: *Isso, a bolsa do CNPq, bolsa de pesquisa. Alguns com o subterfúgio do lato sensu. Agora, o técnico não. E isso tem um impacto negativo muito grande, porque na*

parte do técnico você acaba desqualificando a mão-de-obra. Então, apesar da informatização nos permitir certa intensificação do trabalho, você desqualificou e você precariza a qualidade do que nós estamos fazendo. Hoje, um dos grandes percalços nossos é essa precarização. Você não tem como desenvolver muitas atividades qualitativas novas porque você conta com técnicos desqualificados. E um exemplo: você faz um concurso, as pessoas passam nesse concurso com qualificação profissional ou pelo menos com um nível educacional, mas ficam dois, três meses na instituição, porque passaram em outro, e já vão passar em outros, em outros, ou seja, não são quadros que vão ficar permanentes. (EE6, 2007, p. 2-8, grifos nossos)

Este breve histórico da UFU mostra como os diversos e diferentes períodos se condensaram ao final, tendo como dominante, não sem contradições, as linhas gerais das políticas oficiais para a pós-graduação. E, também, como estas políticas colocaram a pós-graduação como o espaço institucional central a induzir a pesquisa aplicada e mercantil, além de produzirem novas formas de organização, gestão e avaliação reguladas pelo Estado. Somente os dados do segundo capítulo poderiam mostrar a objetividade institucional das Ifes. No entanto, o depoimento dos sujeitos daquele cenário frio mostrado por meio da estatística parece indicar um sofrimento do professor e um desconhecimento da identidade da instituição e de seu próprio trabalho, assim como da relação deste com a reforma do Estado e com o novo papel da Capes e do CNPq.

História da formação da pós-graduação na Ufes

A história da pós-graduação da Ufes tem uma especificidade relativamente distinta da desse nível de formação da UFU. Eventualmente, e isto se pode inferir dos dados já apresentados, em razão da universidade encontrar-se na fronteira entre as regiões Sudeste e Nordeste. Num dos depoimentos com um dos gestores da Ufes, ele dizia ter feito solicitação às agências de fomento para que considerassem a instituição como parte do Nordeste e não do Sudeste, em função da competição com as instituições de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Esta solicitação, segundo ele, devia-se especialmente ao Modelo Capes de Avaliação e à impossibilidade da Ufes de adequar-se a ele, embora se buscasse tal intento.

A localização regional da Ufes consistia numa impossibilidade de expandir a pós-graduação na universidade, e a não-expansão da pós-graduação implicaria a impossibilidade de pesquisas e de seus resultados, o que poderia tornar a Ufes menos visível.

Esta consideração de um dos pró-reitores da instituição mostra uma especificidade histórica distinta, no âmbito da infra-estrutura, para o de-

envolvimento da pesquisa e da pós-graduação nos moldes atuais. Outrossim, de fato, procede a percepção do professor entrevistado no contexto de individualismo e competição que o Modelo Capes de Avaliação impôs à pós-graduação no Brasil, e que tende a acentuar-se.

Em razão disto, a formação da pós-graduação na Ufes não teve como ponto de partida um bom quadro de pesquisadores "profissionais" com visão e experiência nacionais e internacionais, mas um grupo local e motivado para fazer emergir e expandir a pós-graduação. Por outro lado, como se viu em excerto de depoimento da UFU, "o aperto sem estrutura mata". Na Ufes, para que isto não acontecesse, as condições objetivas impeliram à junção de trabalho de várias áreas, ao auxílio mínimo do CNPq e à busca de auxílio junto ao setor produtivo, condicionando o privilégio atual de algumas áreas do conhecimento em detrimento de outras.

Aí nós fizemos um grupo de trabalho de quatro pessoas, e eu fui uma das pessoas do grupo que era relativamente novo. Fizemos um projeto, submetemos o projeto e aí aprovou. Eu fui o primeiro coordenador, porque eu é que estava praticamente liderando ali essa parte. Implantamos o programa de pós-graduação em Física em [19]92, e aí o que foi que aconteceu? Isso foi o marco. Por isso que é importante o sistema permitir a abertura de outros programas em outras regiões. A Região Sudeste já está relativamente..., mas é importantíssima a *pós-graduação para consolidar a pesquisa*. E aí eu me lembro na época que era trabalho experimental. O CNPq me ajudou a comprar 200 kg de nitrogênio líquido, que é muito usado nas pesquisas de Física [...] da Companhia Siderúrgica de Tubarão, e eles permitiram que eu pegasse aos poucos. Então isso aí durou quase um ou dois anos. Oportunamente..., hoje em dia a gente gasta quase em uma semana. Então, procuramos fazer um laboratório muito aberto. Eu acho que eu tenho essa coisa de trabalhar sempre somando. Lá na pós-graduação eu sempre trabalhei somando como coordenador, com o pessoal de teoria, com o pessoal de experimento. Até [19]96. Quando em [19]96, eu falei: "Agora eu posso sair, depois de quatro anos à frente, se ficar muito tempo à frente..." (EA1, 2007, p. 8-9, grifos nossos).

Vale destacar, já neste período, as características imperiosas da Capes. O coordenador saiu depois que o programa foi avaliado com o conceito B. Isto ao menos mostra o mito da Agência Capes àquela época, que agora se impõe de forma autoritária e com autonomia em relação ao Ministério da Educação, como qualquer outra agência reguladora que estabelece relações entre o Estado e a sociedade civil ou entre o Estado e setores produtivos da economia. Igualmente a estas, a Capes regula todas as atividades da pós-graduação, impondo o mesmo tempo e exigências da economia aos programas e ao sistema de pós-graduação do país.

Eu saí e quando eu saí o curso conseguiu nota B e isso foi muito importante. Eu me lembro que eu saí na primeira avaliação em [19]96 e aí eu falei "agora posso sair" e fui pro exterior fazer um estágio. Depois de dez anos de doutorado é que eu saí e fiquei um ano fora, na Inglaterra. (EA1, 2007, p. 4)

A pós-graduação na Ufes, apesar de suas condições objetivas e de sua localização, expandiu-se assumindo a racionalidade da Capes e incorporando os valores decorrentes de sua política com as características do produtivismo acadêmico, da mesma forma como se pôde observar na história da UFU. Destaque-se, aqui, a diferença da motivação dos professores para isso, diferente da contradição entre gerações existentes na UFU. Mas, do que se pode inferir, ainda que esta diferença pese, o resultado parece assemelhar-se ao daquela instituição e é conforme as orientações da Capes.

A expansão em tempo rápido é sintoma, também, do desenvolvimento regional com o crescimento da Petrobras e da Companhia Vale (antiga empresa estatal Cia. Vale do Rio Doce), ambas com estreita vinculação com as áreas de pesquisa aplicada da Universidade Federal do Espírito Santo. Os convênios realizados favoreceram a pesquisa e os resultados em publicações, e a conseqüente maior aproximação com o setor produtivo. Neste caso, o "aperto" levou a Ufes a buscar garantir sua estrutura de pesquisa no setor produtivo.

Então eu acho que isso aí, dessa administração, são coisas assim. *O clima positivo não é um clima de disputa assim, de tentar disputa de poder, de prejudicar, não! Nós também trouxemos uma coisa positiva pra universidade como um todo, que foi a Petrobras. O reitor e o vice-reitor conseguiram com a Petrobras uns convênios aí que têm ajudado todas as unidades. Nesse bojo aí nós conseguimos bolsas de iniciação científica que praticamente permite uma bolsa pra todos os professores que a academia... No primeiro ano, no primeiro comitê, tinha 122 bolsas do CNPq e mais as 30 da Ufes, da fundação. Então você via projetos bons ficarem de fora. Aí, no ano seguinte, a gente conseguiu 200, quase 300 bolsas da Petrobras, aí isso foi muito importante. [...] Outra coisa importante que a gente fez, uma atuação institucional nos projetos de infra-estrutura pra Finep. Aí trabalhamos, eu e o pró-reitor de planejamento... [...] Só pra concluir o negócio da Finep, no ano anterior à nossa administração nós conseguimos R\$ 270 mil da Finep. Aí, no primeiro projeto de infra-estrutura, conseguimos R\$ 1 milhão e 89 mil. No segundo, R\$ 1 milhão 470 mil, e agora a gente está prevendo em torno de R\$ 2 milhões. Então, isso tem permitido melhorar laboratórios, ajudar o programa de pós-graduação e se você for somar as outras coisas que têm acontecido aí, então, a gente tem usado a pró-reitoria aí como uma agência de apoio para os professores, mais ou menos nesse contexto aí. A quantidade de verbas que a gente tem conseguido captar hoje em dia é muito maior do que acontecia antes, em parte*

pelo governo federal, por quê? Porque a gestão do Eduardo Campos, do Sérgio Rezende, com a Lei de Inovação aí, nós estamos, por exemplo, no processo de implantação do nosso escritório de patentes. [...] Foi uma gestão muito positiva, nos ajudou bastante o que aconteceu no MCT, na Finep e na própria Capes (EA1, 2007, p. 9-10, grifos nossos).

A situação da área das Ciências Humanas parece não estar em iguais condições. Para adequar-se às novas diretrizes de produtividade da Capes, os procedimentos adotados teriam produzido conseqüências pouco adequadas ao bom funcionamento da graduação. Em depoimento, uma das entrevistadas relatou que eram os professores substitutos que se ocupavam da grande maioria das aulas na graduação, enquanto os professores doutores ocupavam-se da pós-graduação e da busca de sua produção.

E: Estávamos vendo aí, primeiro sobre a pós-graduação e do número dos trabalhos. E o que me chamou um pouco a atenção é que os professores daqui dão pouca aula na graduação, o pessoal [está mais] vinculado à pós que à graduação... – P: Mas isso eu acho que vai ter que ser alterado. – E: Está, mas o fato real é esse, é que a graduação está sendo trabalhada pelos professores substitutos. – P: Não só, mas em grande parte. (EA6, 2007, p. 8)

A história específica da pós-graduação da Ufes, embora diferente da UFU, termina em desenho muito assemelhado ao da pós-graduação daquela instituição. A força da Capes, do CNPq, da Finep e do mercado, orientada pelo projeto para o país que se iniciou no governo FHC e acentuou-se no governo Lula, parece abafar especificidades históricas, promovendo uma homogeneidade pragmática na pós-graduação brasileira, que se põe a serviço do mercado ou da resolução de históricos e estruturais problemas sociais por meio de políticas focais.

O papel da Capes e do CNPq na indução da nova identidade institucional das Ifes, do seu professor e das mudanças em seu trabalho

O tema que se põe no título deste item já foi reiteradamente discutido ao longo dos capítulos anteriores, inclusive nas páginas acima deste. Não há, portanto, muito de novo a mencionar, senão reafirmar a hipótese central que se busca mostrar por meio deste estudo, isto é, que a universidade modifica-se profundamente com a reforma do Estado, que nela se faz demasiadamente presente, tirando-lhe a autonomia e induzindo seu movimento institucional para um objetivo privado/mercantil. Como conseqüência, mudam-se os rumos da formação dos graduandos, pós-graduandos e especialmente do trabalho dos professores-pesquisadores da pós-graduação, orientados pelo produtivismo acadêmico, possível em face das condi-

ções objetivas precarizadas das Ifes (como se demonstrou no segundo capítulo) e por estratégias como a exposta no breve histórico da Ufes, no que se refere à pós-graduação.

A Capes, como já mostrado, torna-se a agência reguladora deste movimento e o CNPq, o agente indutor, bem como a relação entre o mercado e a universidade se estreita, tendendo a submeter-se ao mesmo tempo. Estes temas foram mais aprofundados nos capítulos primeiro e quarto. O tempo da economia tende a tomar-se o tempo da produção acadêmica, estabelecendo um nível de produtividade para a pesquisa nas Ifes que se torna o parâmetro para se alcançarem os benefícios da Capes e do CNPq, donde se tem a materialidade para a produção do produtivismo acadêmico.

Não, eu diria que é uma competição imposta pelas agências financiadoras, quer dizer, é o esquema das agências financiadoras que te faz fazer isso ou, eu diria, até pelo CNPq, pela orientação do CNPq e pela Fapesp. A gente vive em função deles! Então, eu sempre digo que eu acho que, infelizmente, a Sociedade [científica], a comunidade científica, ela está muito subjugada. Ninguém abre a boca pra falar nada! Então, a Fapesp manda você bater com a cabeça na parede dez vezes, a turma vai lá e bate dez vezes a cabeça na parede. Ninguém chega lá e fala: "Isso aqui não está funcionando! Isso aqui não está correto! Vocês estão distorcendo!" Eu não vejo ninguém falar isso! Eu tenho falado isso na Sociedade. [Trata-se da sociedade científica de sua área de conhecimento] Eu acho que a sociedade científica tem que falar isso, mas ninguém abre a boca. Então, a passividade é enorme da comunidade científica. – E: Idealizou-se a Fapesp como modelo de fundação, o que é incontestável. – P: Isso! Uma comunidade científica passiva e isso me incomoda bem mais. Então é assim: eu estou agora sempre sendo o lado contra. Eu já desisti de qualquer coisa na minha carreira. Então, agora, melhor, agora eu posso falar tudo o que eu tenho para falar. Eu já estou fora! Eu não estou mais preocupada em conseguir isso ou aquilo (EF7, 2007, p. 5).

O depoimento acima mostra o poder de regulação e controle da pesquisa pelas agências de fomento. As agências financiam as pesquisas de impacto, isto é, aquelas cujos resultados são imediatamente aplicados ao setor produtivo ou na resolução de problemas sociais decorrentes da política industrial e econômica. Como dito acima, o tempo da universidade e da pesquisa deve equiparar-se ao tempo da sociedade e da economia. O controle e a regulação dão-se de forma tão eficaz que a comunidade científica somente os critica, como o faz esse depoente, depois de ter desistido "de qualquer coisa na minha carreira. Então, agora, melhor, agora eu posso falar tudo o que eu tenho para falar. Eu já estou fora!" O pesquisador que busca fazer ciência no tempo da ciência não tem mais lugar dentro

desta nova universidade. Coloca a si mesmo para fora da própria universidade em face da mudança de cultura que dá coesão à sociedade e que se expressa na universidade. É interessante pensar o movimento de mundialização do capital, as reformas institucionais republicanas com origem na reforma do Estado e suas expressões na reforma da universidade, assim como a radical mudança no trabalho do professor e os sofrimentos psicológicos dos pesquisadores, dada sua crise de identidade.

Eu não sei se isso é um sentimento geral, mas eu vou colocar aqui mais como um sentimento pessoal, porque a gente vem crescendo nesse sentido e quando chegou o governo Lula, para minha surpresa, mesmo diante de tantas coisas que apareceram e que não vem ao caso questionar agora, mas algumas mudanças que pareciam pequenas tiveram efeitos muito importantes. Por exemplo, questão do funcionamento do CNPq e que eu acho que, pelo menos na minha experiência, eu acho que foi o período em que o CNPq funcionou melhor. Funcionou, aliás, muito bem, muito bem mesmo, porque muitas coisas importantes aconteceram: mais recursos, projetos que eram aprovados passaram efetivamente a ser financiados, editais que se multiplicavam e que eu não conseguia atender. *Eu não conseguia mandar projetos para todas as possibilidades, nem pra metade daquilo que eu poderia mandar. Sobrou ofertas de projetos e não faltou dinheiro à pesquisa. Então, é por isso que eu estou colocando a coisa mais pessoal. Mas, conversando com outros colegas da nossa instituição e também com outras, eu acho que o sentimento é parecido, e tem medidas além do Ministério de Ciência e Tecnologia de que se alimenta o CNPq. Houve medidas, por exemplo, que se refere aos fundos, aos fundos setoriais e que passaram a funcionar, mesmo que parcialmente, muito melhor.* (EE1, 2007, p. 5, grifos nossos)

O mesmo depoente, ao referir-se ao governo Lula, elogia o funcionamento do CNPq durante esse governo: "Foi o período em que o CNPq funcionou melhor." No trecho grifado fica claro o papel indutor dessa agência. Foram criados fundos setoriais, publicados muitos editais, porém com as especificações do tipo de pesquisa que seria financiado. Os critérios são em última instância, os das políticas econômicas e industriais. Torna claro este enunciado a criação dos fundos setoriais, em sua maioria voltado para o financiamento de pesquisas com os objetivos anteriormente citados. É um processo que busca identificar o tempo da economia ao tempo da universidade. A reflexão, o debate e a maturação da compreensão da realidade tendem a ser abolidos da instituição universitária.

Graduação e pós-graduação

Nos itens anteriores, há clareza de que a aula e a graduação foram desvalorizadas neste processo em que se consolidou o produtivismo acadêmico.

dêmico. Basta lembrar do breve histórico da pós-graduação da Ufes: segundo docente daquela instituição, a graduação era praticamente de domínio de professores substitutos, que não têm assento nos órgãos colegiados ou em assembleias de curso, e por isto não têm sequer um planejamento institucional de médio prazo. Destaca-se, ainda, o que ele recebe para ministrar uma carga horária semanal de 40 h. Isto é, naquela instituição a graduação foi, na prática, "terceirizada", parece não fazer parte da universidade.

Todas as atividades da prática universitária parecem estar orientadas para a obediência das normas da Capes, para a utilização dos financiamentos do CNPq, contingenciadas pelas precárias condições de trabalho das Ifes e a intensificação do trabalho dos professores, tema já bastante abordado neste estudo.

E: Você acredita que a qualidade da graduação foi prejudicada nesse período?

P: Olha, eu cheguei a pensar um pouco nisso, sim, mas o que acaba acontecendo é que você tem um fenômeno de, se você tiver o residente, o pós-graduando e o aluno no mesmo meio (na área clínica isso é muito frequente), há uma transmissão do conhecimento que é oral. – E: Tem o ciclo completo. – P: É. E isso facilita um pouco. *Mas eu acho que o professor deixou um pouco de lado a questão do foco principal [na graduação]. Por outro lado, o professor que não faz pesquisa, ele cai num problema sério: como é que você vai viver? Vai se nutrir de quê? Então, nós somos muito a favor de pesquisa, mas sem deixar a graduação. Então, o que aconteceu? A graduação, de uns seis a sete anos pra cá, nós reformulamos nosso sistema, todos nós. Voltamos a usar o máximo de tempo possível para os alunos da graduação. O que aconteceu na nossa área foi uma coisa ruim. Por que, o que aconteceu? Nosso currículo foi diminuído. [Minha área] é uma especialidade muito importante e se você for olhá-la como homeostase, teoria do corpo..., equilíbrio interno, que foi lá do século XIX. Mas ela, como especialidade clínica, ela é desse tamanhinho. É uma das especialidades que faz diálise e transplante: isso é tudo, quase que uma receita de tratamento; o resto é pressão alta, que todo mundo trata. Então, ela é uma especialidade pequena. Diminuíram o nosso currículo, então a gente fica atrás de aluno pra dar aula. Eu fico dando aula pra aluno o tempo todo porque é tudo atomizado, o 5º e o 4º anos; grupos de seis alunos ou de cinco alunos. Então a gente fica repetindo as poucas aulas que nos deram. Então, na hora certa, nós fomos um pouco da pós-graduação, temos 2.700 pós-graduandos, mas 1.300 até antes da expansão da graduação. Então, é uma faculdade de pós-graduação. (EF4, 2007, p. 5, grifos nossos)*

Há, entretanto, iniciativas de integrar a graduação e a pós-graduação no âmbito da pesquisa. Busca-se uma forte relação entre a graduação e a

pós-graduação. Este é um lado positivo dessas iniciativas. Contudo, é ciso lembrar em que contexto as pesquisas são desenvolvidas e com pós-graduação é desenhada, avaliada e financiada.

E uma coisa muito importante que a gente fez, foi uma vinculação muito entre o programa de pós-graduação e a graduação, especialmente o ba relato. Então, a gente começa a preparar o nosso aluno de pós-graduaç no bacharelado. Então, ele já é idealizado lá na graduação. A gente estimu aluno desde baixo. O aluno vem-se especializando, se aperfeiçoando e c nhando pra cá. (EE5, 2007, p. 3)

E: O fato de vocês se dedicarem mais à produção, à pós-graduação, não desfalcado a graduação?

P: Não. Aí temos regra interna do instituto. Desde que a gente montou mest e doutorado, aqui temos que dar 8 horas/aula por semana e essas 8 h aula são prioritariamente pra graduação. Todos os professores da pós duação têm uma disciplina obrigatória na graduação – E: Todo semestre: Todo semestre, que aqui temos duas entradas por ano. Temos a entrad janeiro e temos a entrada em julho. Então, temos uma disciplina todo se tre. Por exemplo, eu dou Ecologia Geral na graduação, o [...] dá Físio Digital, a [...] dá Anatomia, todo mundo tem a sua disciplina. – E: Vocês : assumem a iniciação científica? – P: Ainda. Porque temos uma disciplir iniciação científica que se chama “Iniciação à Pesquisa I e II”, que é o : fazer projeto dele de bacharelado e isso não conta nas nossas 8 horas, que só aí já dá 120 horas cada disciplina dessas. Essa disciplina não con nossa pontuação, ela é descartada, porque é tida como orientação e conta. (EE5, 2007, p. 7)

Resistência à pós-graduação

Se a reivindicação de grande parte dos professores-doutores quisadores consiste em participar da pós-graduação, especialmente doutores que se formaram depois de implantado o Modelo Cape Avaliação, há também professores – obviamente em número men daqueles – que não estão dispostos a se submeter às regras impo pela Capes e aproveitar a indução à pesquisa nos moldes do CI Querem a liberdade do intelectual com base no argumento da p bilidade da realização da pesquisa, ensino e extensão na graduaç da vivência no tempo do ser humano e não num tempo impost forma objetiva. Buscam a liberdade do intelectual. A compressão e ço-tempo é possível pela via tecnológica nos meios de transporte comunicação e informação, mas dentro do cérebro normal do pr sor-pesquisador as sinapses continuam no mesmo ritmo. Salvo se o

...ssor recorrer à bioquímica ou se, num tempo muito rápido, o ser humano passar por evolução que lhe transforme sua estrutura cerebral.⁵

E: Por que você não deixa a pós-graduação e fica só na graduação?

P: Pois então, esse modelinho que está acontecendo? Já tem três professores-doutores que se recusam a entrar aqui: "Não, não vou fazer não, não estou disposto a fazer isso, tenho filho adolescente, vou continuar fazendo a minha extensão, dar boas aulas, vou dar as minhas oito aulas, mas na pós não entro". – Por quê? – "Porque não estou disposto a fazer isso". Não quer ficar louco, não quer ficar estressado igual a você, não quer perder o final de semana. (EE7, 2007, p. 8-9)

É, eu acho o seguinte, o [...] colocou uma situação da professora que deixou a pós-graduação. Eu sei de uma colega de Juiz de Fora que também – de renome inclusive em Minas Gerais – que deixou a pós-graduação. Na época que eu conversei com ela, uma professora inclusive que se aposentou e voltou concursada novamente, ela falou: "Eu resolvi que vou trabalhar, exclusivamente, naquilo que eu sou paga para fazer". Que é trabalhar, digamos, na graduação, porque na graduação eu faço pesquisa, eu faço extensão e faço ensino, você não precisa estar na pós-graduação, você publica, faz tudo! Orienta [iniciação científica] IC, que é uma atividade muito prazerosa. Isso é que eu chamaria de uma atitude radical, mas que aqui eu não vejo muitos casos, eu não vejo muitos casos nesse sentido. Agora, eu percebo, por exemplo, professores que foram fazer seus doutorados e que não entraram pra pós-graduação. (EE8, 2007, p. 15-16)

Ontem, oh, vou te falar uma coisa: eu publico bastante, você está vendo. Trabalho bastante, mas não me torno escravo do trabalho. Sou muito disciplinado com isso, mas vou te contar o que é que acontece.⁶ Quando dá 5h45

⁵ "Realizada através da internet pela conceituada revista britânica *Nature*, uma pesquisa revelou que já está disseminado na comunidade científica o uso da droga *Ritalina* (nome comercial da substância metilfenidato, lançada em 1956) para melhorar o desempenho intelectual. Um em cada cinco entrevistados disse já ter feito uso "instrumental" de medicamentos que normalmente são usados para tratar problemas psiquiátricos, como transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). Há um efeito colateral que é a insônia. Mas, como gênio é gênio, até esse tempo noturno de vigília é empregado em estudos. O metilfenidato é uma espécie de anabolizante para o cérebro, dando-lhe "abertura" para captar mais informações e acumulá-las em menor espaço de tempo, agindo no sistema nervoso central e potencializando a ação dos neurotransmissores noradrenalina e dopamina. Seus benefícios já são temas constantes de conversas informais entre estudiosos. Um levantamento feito na Universidade de Wisconsin, nos EUA, mostrou que um em cada cinco estudantes da instituição já havia experimentado o metilfenidato. O efeito da substância prolonga-se até 12 horas" (SGARBO, 2008).

⁶ Ainda que não seja feita uma crítica sistemática e tampouco a resistência se pareça com uma postura política contra o produtivismo acadêmico, a disciplina do professor mostra sua percepção sobre o processo de intensificação e precarização de seu trabalho.

saio daqui, vou pegar os meus meninos todos os dias da semana e vamos lá pro Praia Club e faço aula de judô com eles, faço junto com a molecada, com meu menino de 15 anos. Os outros menores, deixo-os na natação. Quando não dá tempo, vou lá e fico esperando acabar o judô deles e depois eles vão pra casa comigo. E fim de semana, se eles estão no *videogame*, se estão com um amigo em casa ou coisa assim, sento, vou assistir a um filme, fazer alguma coisa com a minha esposa, quando ela não está trabalhando, porque ela está fazendo agora o doutorado. Sento e vou terminar alguma coisa que está faltando terminar também, desde que não interfira. Mas, se a turma me chamou – “vamos cuidar do quintal, vamos cuidar do cachorro” –, paro e vou, porque acho que *paper* nenhum vai me beijar na cama, *paper* nenhum vai me visitar num asilo, sei lá, entendeu? (EE5, 2007, p. 15)

O “canibalismo” da avaliação Capes

Este item refere-se ao espaço social do sistema de pós-graduação do país. O que é possível observar são as diferenças e aproximações entre programas e isto nos permite enxergar como se formam os grupos de coordenadores dentro dos fóruns de pós-graduação em cada área e como influenciam as associações científicas. Há um processo de competição entre pequenos programas de instituições de maior ou menor prestígio em regiões, em geral, distintas da Sudeste e mesmo no interior desta região.

Esta concorrência faz com que os programas menores, quando comparados com os demais, sejam compelidos a seguir o padrão daqueles, pela natureza comparativa da avaliação da Capes. Neste ponto, pode-se ver a aglutinação dos pequenos programas de regiões distantes do eixo Rio-Pão Paulo, e mesmo muitos pertencentes a este eixo, para fazer frente à aglutinação dos programas mais consolidados. Este refinar do movimento faz ver quão cruel é esse processo para os programas não tão visíveis, pois impõe uma carga maior de trabalho ao professor-pesquisador e o impele ao produtivismo acadêmico.

A princípio não, mas não sei como é que está, porque essas mudanças todas, de fato, foram impactantes, e do ponto de vista de volume de trabalho e tal, as exigências que passaram a ser feitas pelo critério de avaliação Capes, *que passou a ser quase um canibalismo*, não é? Porque você dizer que é avaliação... Eu chego na reunião da Capes, a primeira coisa que os caras falam é: “A avaliação não é comparativa”. Agora eles dizem o oposto: É! Porque sempre foi. Porque pra você ser o conceito 5 você tem que estar melhor que os outros, porque senão não vai estar, e não adianta você dizer que é na produção de artigos que você vai estar na média. O comitê de ética não quer saber de nada, ele quer saber do número de artigos em revista internacional, acabou! Pode ser um programa maravilhoso, teve mil defesas e cinco artigos,

vamos pôr cinco artigos, entendeu? O meu só chega até cinco. O comitê de ética não muda muito não. Dos cinco pra cima. Não muda muito até os cinco, não. E o nível de exigência é o mesmo. *O grande problema é que a gente vive num canibalismo. Os grupos pequenos têm que fazer dobrado, instituições pequenas têm que fazer dobrado, e aí cai carga de trabalho grande nas costas de quem faz.* Aqui na Ifes A é muito típico isso: *quem faz sempre terá mais coisa a fazer e quem não faz... Cada vez menos dinheiro, porque não vai sobrar* (EA3, 2007, p. 9, grifos nossos).

No contexto em que se produz um “aperto” sem a estrutura adequada, isto mata. Mata ou acaba com a qualidade da produção, pois os professores encontram mecanismos para driblar as avaliações da Capes. Por exemplo, redesenhando as dissertações e teses de doutorado e livre-docência, que passam a se constituir de um conjunto de artigos, seguindo um eixo teórico dos que as defendem. Nos dois primeiros casos, os artigos são publicados e o orientador também se torna autor. O orientando em início de carreira e já imbuído do espírito do produtivismo acadêmico vê-se lisonjeado em publicar juntamente com seu orientador. Desta forma, os professores-pesquisadores têm sua produtividade colocada em altos números/padrões, com as conseqüências que o exposto até agora neste estudo já mostrou e que ainda se poderá ver no próximo capítulo.

A Capes tem um papel muito importante que é de cuidar de parâmetros para que isso evolua com qualidade, não é? É a idéia do tutor, só que ele já está ficando adolescente, já está precisando amadurecer. Então precisa viver sozinho, porque o sistema cresceu muito e aquela forma de pajear no sistema que era artesanal, ela já não funciona tanto com o novo sistema, que é monstruoso, 10 mil doutores por ano. *Então, o que é que acontece? Tem-se, e essa é uma filosofia que o Paulo Renato encarna muito bem, de criar mecanismos de avaliação quantitativos do que muitas vezes é qualitativo, e isso está estressando muito os professores, e aí vale tanto pra distribuição das verbas quanto pra dizer quem é bom e quem não é bom. E aí valem mais três artigos do que um, sem ter lido. Um lido, às vezes, é bom.* (EE6, 2007, p. 10-11, grifos nossos)

[...] meu orientador teve os seus defeitos, mas teve enormes qualidades, *ele me ensinou que ciência não se faz com pressa! Ciência não se faz encomendada! Ciência não se faz com horário marcado! E esse é o modelo de hoje.* Hoje um aluno tem que entrar... Com dois anos pra fazer mestrado, ele tem que fazer o curso, cumprir os créditos, fazer o projeto, realizar e executar o projeto, escrever a sua tese e escrever um trabalho pra publicar em revista de nível internacional e não sei o quê. Em dois anos! Quer dizer que você tem que publicar um trabalho em quatro anos, que é o doutorado. Aí são dois trabalhos publicados. Então, isso tem feito o quê? Tem feito cair a qualidade da ciência. – E: Aí a paixão se torna um pouco droga, porque o humano tem

limite. – P: Exato! O humano tem limite com certeza [...] Foi uma coisa que o meu orientador me ensinou e o primeiro que me ensinou isso foi meu pai. *Meu pai, no dia que eu decidi e falei pra ele como era o curso de Ciências Biomédicas (meu pai é formado pela Escola Politécnica da França): "Olha, você vai fazer pesquisa, não vão te passar uma letra. Quando você for fazer ciência, faça tudo pra você provar, você provar que você está errada! Caso você não consiga, você talvez diga que você estava certa."* É uma atitude totalmente diferente da de hoje, em que eu sou obrigada, eu sou obrigada! A Fapesp me obriga, o CNPq me obriga, a Finep me obriga, todas as financiadoras obrigam que você tem que publicar um trabalho dentro de dois anos e pouco, dentro de um ano, dois trabalhos por ano, três trabalhos por ano. – E: E as revistas valem peso. – P: Isso! E esse é um outro questionamento que eu faço, porque se exige publicação internacional. O interesse dos problemas internacionais não são os nossos interesses, absolutamente não são! Então, quando me obrigam a publicar num Qualis não sei das quantas nos Estados Unidos ou na Europa, eu estou publicando, mas estou resolvendo problemas deles! E não da realidade nossa. Então, isso é uma distorção gravíssima no meu modo de ver, porque obriga você a fazer ciência pra eles, eu me questiono aqui o tempo todo: "O que adianta você publicar 20 trabalhos lá na América [do Norte], lá na revista lá em cima? O que isso trouxe de benfeitoria pro Brasil? Pro povo brasileiro?" É isso que eu quero saber! (EF7, 2007, p. 3 grifos nossos)

A mesma coisa no nosso sistema de pós-graduação: o aluno não faz mais tese, em algumas áreas; ele escreve três artigos e encaderna. Então a tese, pra aquilo que você escrevia..., a tese, você podia amadurecer, depois defende. Depois de fazer aquela reflexão amadurecida, aí é que você ia produzir um artigo síntese daquilo. Hoje, a tese é um resultado sem você ter amadurecido. Então, você não chegou num resultado final, você chegou a resultados parciais e publicou. É complicado. Eu tenho preocupações com isso, só que isso pro sistema de avaliação quantitativo, é bom, sai-se bem. Se você vai ser pesquisador do CNPq, se você vai ser convidado pra isso e pra aquilo, pessoa pega o seu currículo, vê quantas publicações você tem, quantos artigos e é uma coisa que nós não tínhamos até os anos [19]90. Isso é perigoso (EE6, 2007, p. 11)

A nova geração de doutores depois da Capes/1997

Os professores-pesquisadores criticam o que está acontecendo nas Ifes de maneira geral. Entretanto, há os que se adaptam ao modelo e fazem críticas mais pontuais, reconhecendo a dificuldade dos colegas, mas trabalhando bem na pós-graduação da instituição em que atuam; já se observa, por outro lado, que há grupos que se apossam da pós-graduação e competem com outros doutores, fazendo estes circunscreverem suas ati-

dades ao âmbito da graduação. Isto tem acontecido em razão da expansão do sistema de pós-graduação no país. Leu-se em excerto, no item "Resistência à pós-graduação", que há professores que voltam com seus doutorados defendidos e permanecem na graduação. Isto pode ser interpretado como resistência, mas também pode ser visto como resultado da competição entre os que estão na pós-graduação e os que não estão.

Então, eu comecei a colaborar na pós-graduação da Ifes D quando nosso mestrado estava começando. Foi em 1993-94 e em 95-96, o mestrado já estava se consolidando melhor. Em 1997 eu fiz um pós-doutorado, passei um ano fora, na França, [...] e nessa época nosso mestrado começou a evoluir. Nós temos um mestrado [...] era com concurso dos professores do departamento de Engenharia Sanitária. Um mestrado em conjunto. São dois departamentos que formam a pós-graduação, quer dizer, a pós-graduação, os cursos nossos são Saneamento, Meio-Ambiente e Recursos Hídricos. Então, por volta de 1998 o mestrado já estava se consolidando melhor, os professores voltando de seus doutorados, conseguimos montar um grupo de trabalho efetivamente, e o doutorado nosso, eu não sei os números, a data exata que começa o doutorado, começou há uns seis anos aproximadamente e hoje, então, nós temos o mestrado e doutorado em três áreas de concentração: Recursos Hídricos, Meio-Ambiente e Saneamento. A minha participação vem, portanto, desde 1994, praticamente uns 13 anos. [...] – E: E como é que você está sentindo a pressão sobre a produção acadêmica relacionada com essa pesquisa, enfim, como visualiza as pressões da Capes, do CNPq, de tudo isso? Evoluiu muito? Modificou? Está sendo difícil o financiamento? – P: Bom, eu na realidade, particularmente, eu nunca tive problema quanto a essa pressão, porque simplesmente eu consegui manter uma produção relativamente boa. Então eu consegui, inclusive, a famosa bolsa do CNPq e já tem mais de dez anos que eu tenho essa bolsa do CNPq. Então, eu tenho procurado fazer o maior número de produção, incrementar melhor, cada vez mais a produção. Agora eu acho que a opinião que a gente vê no geral é que está cada vez mais difícil a gente obter financiamento, aumento de bolsa. Ajuda de bancada [taxa de bancada] é também difícil, mas, particularmente, eu não tive nenhuma reclamação (ED2, 2007, p. 3-4).

Já os professores-pesquisadores, que se doutoraram mais recentemente, isto é, depois da entrada em vigor do atual Modelo Capes de Avaliação, parecem aceitar com alguma naturalidade as cobranças que são feitas aos professores-pesquisadores para manter os programas com visibilidade e produtividade, quando avaliados pela Capes. Já estão formados segundo o produtivismo acadêmico. Vale destacar que os doutores formados recentemente, como são compulsoriamente induzidos à pesquisa, estão sempre participando de congressos, seminários e demais eventos, o que lhes

permite muitos contatos com pesquisadores de sua área. Ainda, no Modelo Capes de Avaliação o pertencimento a grupos de pesquisa nacionais e especialmente internacionais pesa de forma significativamente positiva na avaliação dos programas. Isto faz com que o sentimento de pertença à instituição em que trabalha o professor se enfraqueça e se fortaleçam seus vínculos extramuros.

O resultado desta situação é a modificação da forma de gerir as Ifes, tornando sua gestão mais centralizada. Este fato se dá em razão da ausência do professor nos colegiados de curso de graduação e de pós-graduação, de reuniões de departamentos, de órgãos colegiados superiores e no sindicato. Há um enfraquecimento dos sindicatos no âmbito local, e conseqüentemente no plano nacional, o que explicaria uma gestão centralizada no Ministério da Educação e o enfraquecimento por reivindicações para mudanças nas políticas de avaliação e financiamento da própria Capes. Explicaria a emergência de outro sindicato que pouco discute as concepções de universidade e a dimensão da cientificidade reflexiva e não-pragmática e o movimento de desqualificação de um histórico sindicato que sempre se preocupou com a dimensão corporativo-econômica, mas também com uma concepção de universidade articulada a um projeto de país.

Problemas de existência, de saúde, de vida pessoal, de saúde, de sofrimento psicológico, de relacionamento não estão no horizonte de preocupações de um sindicato que tem seu limite na dimensão econômico-corporativa, como temos no momento atual. O novo sindicato reduz sua ação a esta dimensão e contribui para o controle/regulação das agências e para a efetiva reforma universitária.

Aqui na Ifes G como o programa de pós-graduação é novo, então acho que está havendo uma cobrança muito grande em termos de professores. Também cheguei nova, como falei, terminei o doutorado em 2004. Então, eu estou me cobrando em relação a isso até pra ter uma inserção, um nome dentro do programa e é aquela história que a gente acaba se cobrando mais e ainda tem a responsabilidade com um programa novo. [...] Eu sei se ela se apoderou de mim e eu sei como ela surgiu, porque eu me cobro muito, tem uma cobrança externa, *mas a pior é a cobrança interna, esta é a pior!* Tem que fazer coisas, tem que produzir, tem que atender demandas, esta é a pior de todas! E não é fácil desnudar-se desta cobrança interna. É fácil quando o outro te cobra e tu briga "eu não vou fazer!", mas quando é você com você mesma, é complicado. É difícil eu conseguir tirar no momento isso de mim. Está sendo difícil. *Mas como é que eu tenho lidado com a ansiedade: eu tenho tomado ansiolítico, tomado remédio. É aquilo que eu te falei, o meu tratamen-*

to eu to correndo atrás do prejuízo e os prejuízos instalados, eles estão instalados neste momento. E agora eu estou num período em que estou avaliando a minha vida, neste momento especificamente, por conta do acidente da minha filha, por conta de problemas, casamento, por conta dos meus problemas orgânicos. E eu estou me planejando pra me reestruturar, reestruturar o meu tempo em termos de instituição aqui, trabalhar normalmente, no máximo oito a dez horas por dia e me disciplinar em relação a isso, de segunda a sexta. Essa é a minha intenção agora, porque aquilo, eu to chegando num nível que se não fizer algo, no meu futuro, penso que vou ter um ataque cardíaco, alguma coisa vai me acontecer. Então, tenho que barrar isso antes que o mal aconteça. Agora é um projeto pro próximo semestre e espero conseguir respeitar o meu próprio projeto. Agora, também há essa questão do estresse nos cargos de direção. – E: A cobrança é de cima, de baixo e de si mesma. (EG6, 2007, p. 17)

E: Os novos doutores que entram pra universidade, eles fogem do sindicato, isso é verdade? – P: Isso é verdade. O meu Departamento de Filosofia, e antes de Pedagogia, sempre foi referência na luta sindical. Tivemos um presidente da Andes e pessoas muito ligadas, sempre contribuindo. Aí, quando houve aquela debandada geral de aposentadoria e começamos a contratar os novos, nós tivemos mais dificuldades de conseguir pessoas pra base, pra representante no Conselho. Porque em 2000 nós tínhamos três doutores, era aquela maldição do número 3: formava um, saía outro, e eu fui o número 4, que quebrou a maldição, e, de repente, em quatro anos a gente já tinha 12 doutores. Então houve uma... Mas, assim, para o movimento sindical, para militância, esses novos, em geral, não vão, não entendem bem como a gente... – E: Porque esses novos doutores entram naquela categoria que eles criaram, de doutores produtivos... Então, os doutores produtivos não têm tempo mesmo para as atividades sindicais, têm que garantir, não é? – P: De vez em quando, quem está no movimento sente isso. Só que a gente não vai encarar essa crítica, tipo “Ah, você está no movimento docente porque não produz”. Porque o sindicato também não fez e não faz pra mostrar: “Não, os nossos militantes são produtivos, eles têm a média de produção dos outros, têm a média de titulação” (EE2, 2007, p. 7).

O papel instrumental e ideológico do produtivismo acadêmico

Diante da realidade até aqui abordada, que comprova o papel central da pós-graduação, seguidora dos ditames da Agência Capes e do CNPq na efetiva reforma da universidade da sociabilidade produtiva e da ordem estendida do mercado, cabe examinar, para além do que já foi visto neste e nos capítulos anteriores, algumas das principais relações do produtivismo acadêmico e do seu papel instrumental e ideológico nesta reforma.

Produtivismo acadêmico e pós-graduação

A prática universitária no cotidiano das Ifes, como se trabalhou na introdução deste estudo, em geral faz com que os professores-pesquisadores trabalhem no plano que – com base em Heller (1998) – se denomina de superficialidade extensiva. Nele estaria o domínio da utilidade e do pragmatismo. Em razão disto, nas reuniões dos colegiados ou assembléias dos programas de pós-graduação as questões que predominam são as de como fazer, pouco se discutindo as relações daquela pressão pelo produtivismo acadêmico e a nova conformação e função social da Capes. Não há reflexão para além do imediato: fazem-se as discussões no plano da superficialidade extensiva. Desta forma, o professor-pesquisador, inconscientemente na maioria das vezes, internaliza como natural toda a intensificação e precarização de seu trabalho e as conseqüências para sua vida. O produtivismo acadêmico, como ideologia, produzido pela burocracia da Capes e do CNPq, com base nas precárias condições objetivas dos programas, é naturalizado e reproduzido em todos os espaços institucionais onde atua o professor-pesquisador. Este tende a cair no artil, dele dificilmente podendo escapar.

A pressão para produção aumentou muito, e nós aumentamos muito a nossa pressão em nós mesmos. Na disciplina nós levamos isso, inclusive para pós-graduação geral da Escola. A partir de 2000-2001, não se publica ou não se defende mais nenhuma tese nesta escola sem que o trabalho tenha sido enviado comprovadamente para publicação. – E: um artigo pelo menos. – P: Pelo menos um, geralmente em revista qualificada. Então, isso aumentou muito nossa produção científica. *É uma pressão enorme!* Porque, se você entrar no sistema de pós-graduação, na hora que você recebe um pós-graduando você sabe que ali primeiro é um trabalho e depois uma tese. E o que nós estamos fazendo? Os trabalhos que já chegam... Por exemplo, eu já tive uma orientanda que, quando foi fazer doutorado, ela já tinha nove trabalhos publicados no exterior e a tese dela eram dois trabalhos comentados com introdução e discussão. *Então, nós estamos mudando pra [...] a tese vira, de alguma maneira, um condensado de trabalhos, que tem um eixo.* (EF4, 2007, p. 7, grifos nosso)

Produtivismo acadêmico e competição

As prioridades externas à universidade determinam as áreas que recebem mais financiamento, e isto gera uma acirrada competição no país e fora dele. No excerto abaixo o pesquisador, fazendo referência aos Estados Unidos, enfatiza que as verbas para a saúde estão escassas porque “sei de colegas que trabalham lá”, dizem que “realmente está bastante difícil e, de certa forma, parece que há uma certa indução no tipo de pesquisa que se faz”.

O que se pode inferir a partir do primeiro capítulo é que as prioridades estruturais, no Brasil, residem nas áreas que privilegiam as pesquisas aplicadas ao crescimento econômico; de um lado; de outro, as pesquisas aplicadas voltadas para questões sociais, porém tratadas de forma pontual (ou focal).

Olha, competição existe em algumas situações, mas acho que somos privilegiados em relação à Fapesp. A gente tem conseguido também algumas verbas do governo federal. Mas se a gente pensar no que está acontecendo nos Estados Unidos, nós somos privilegiados em termos de possibilidades de obtenção de auxílio financeiro – E: Você comparou com os Estados Unidos porque o seu campo nos Estados Unidos... – P: Porque atualmente nos Estados Unidos há uma pressão muito grande, as verbas, de modo geral, diminuíram muito, principalmente para a área de saúde, isso em função de terem sido desviadas verbas pra outras finalidades. Do que eu sei de colegas que trabalham lá, realmente está bastante difícil e, de certa forma, parece que há uma certa indução no tipo de pesquisa que se faz, se priorizaram áreas, pelo menos de alguns anos pra cá, se priorizou a pesquisa em bioterrorismo, não é? (EF6, 2007, p. 4)

Em passagem anterior deste texto, foi comentado que o produtivismo acadêmico tem em si a potência de indução para o esvaziamento da participação dos professores-pesquisadores na gestão da Ifes e do sindicato. Os argumentos sobre o fato permitem inferências sobre a centralização das gestões local e nacional, podendo-se acrescentar, mais articuladas. Os dirigentes também são pressionados na manutenção da instituição e em avaliações de tipos diversos e, por sua vez, reproduzem estas pressões para os professores e os institutos, departamentos, faculdades, etc.

Esse negócio dessa cobrança por produção e essa planilha que o reitor colocou, o que acontece, então? O nosso instituto, nos últimos dois anos, é o instituto que mais publicou e produziu nesta universidade. Então, a gente está bem dentro dessa planilha. Toda a vez que chega vaga, a gente fatura duas. Então, nos últimos quatro anos em que vieram vagas, toda vez que veio, nós faturamos duas, porque a gente está bem na pontuação. [...] Na planilha de distribuição de vagas nós ainda temos, pela nossa produção, nove professores faltando no quadro, pelo tanto que estamos produzindo. Comparado com a universidade e a Medicina, tem 70 sobrando pelas contas da universidade, por essa planilha, que é a relação docente/aula/produção. (EE5, 2007, p. 13)

Produtivismo acadêmico e produção acadêmico-científica

A avaliação acadêmica centrada na publicação e com ênfase nas publicações internacionais parece apresentar uma contradição visível, entre

várias outras. As pesquisas financiadas pelo fundo público, como a de produção de fármacos, podem atender mais a demandas externas do que a nacionais, se a pesquisa for orientada pela política editorial de revistas internacionais. Por outro lado, pesquisas na área de Saúde Pública ou sobre Educação no país podem não ser prioridade de publicação em outros países e raramente serão publicadas em revistas internacionais, implicando, segundo este modelo, sérias conseqüências para a área e para os programas. O problema torna-se mais agudo se os textos são produzidos para o debate crítico, já que a prioridade está posta na pesquisa aplicada.

Não, não acho que seja fácil publicar, no exterior principalmente, e a pressão é toda essa. O que eu lamento é [...] como hoje nós somos medidos pelos números de publicações e índice de impacto. Eu acho que esse tipo de avaliação é sujeito a vários questionamentos, mas acho que tem certas publicações que a gente deveria fazer no Brasil que são de interesse local, e muitas vezes a gente é induzido a não fazer isso até porque não se valoriza. Isso diminui a média de impacto, é uma coisa. A gente tenta trabalhar na nossa linha, que ainda é uma área de problema. É um problema de saúde pública, ainda há diarréias no nosso meio. Mas é que os tipos de estudos que se fazem... Muitas das vezes não se consegue publicar lá fora, porque eles têm um certo caráter regional. (EF6, 2007, p. 4)

Eu acho que, eu gostaria até pra finalizar, que a opinião que eu tenho é uma opinião minha, mas eu acho que vocês vão encontrar o mesmo tipo de resposta em outros professores aqui, quer dizer, sempre é a questão, eu diria, de produtivismo. *A gente está muito voltado pro produtivismo.* – E: *Você chamaria isso de produtivismo acadêmico?* – P: *Acadêmico, sim! O professor hoje está muito voltado pro produtivismo e esquecendo um pouco da universidade como global.* Eu acho que talvez você encontre essa mesma opinião em outras entrevistas aí. – E: *E a que se deveria esse produtivismo?* – P: *Às exigências de Capes, do CNPq.* – E: *Você tem publicado quantos paper por ano? Cada área tem um padrão?* – P: *A minha produção é uma produção regular, ela não é extraordinária. Em congresso a gente publica muito, a gente tem aí de dois em dois anos um congresso nacional da ABRH – Associação Brasileira de Recursos Hídricos, e aí a gente publica, pelo menos uns seis, sete artigos.* (EE5, 2007, p. 8)

A questão da autoria e co-autoria; especialização versus visão ampla

O produtivismo acadêmico traz sérios problemas no que se refere à autoria. A publicação compulsória de artigos em co-autoria revela mais uma face perversa desta ideologia produtivista que permeia atualmente a universidade. A realidade das pesquisas em todas as áreas no momento atual parece exigir abordagens distintas, porém articuladas, mas que cada

intelectual participante da pesquisa conheça o seu processo e os resultados dessa investigação. No entanto, o produtivismo acadêmico parece promover esta racionalidade às avessas entre os pesquisadores, de tal forma que a resultante é, no máximo, a soma das partes do que cada um fez no seu domínio científico. O resultado e o processo são divididos como o são no processo de trabalho na fábrica. A situação apontada no primeiro excerto abaixo mostra uma divisão não-articulada do processo de investigação; porém, o segundo mostra como o produtivismo acadêmico leva à “co-autoria amigável”, e professores com seus currículos inchados para que seus programas e eles mesmos sejam passíveis de uma boa avaliação.

Olha, eu acho que a ciência hoje..., é difícil você fazer a ciência totalmente individualizada hoje, porque hoje as premissas estão exigindo cada vez mais enfoques mais amplos, o que te obriga a fazer colaborações. Eu não sou absolutamente contra a colaboração. Acho muito interessante ter a colaboração. Agora, o problema é que quando você faz a colaboração sai um pouco daquela coisa que você domina o trabalho. Então hoje, por exemplo, se você chegar num concurso e perguntar para uma pessoa: “Olha, me fala desse seu trabalho X aqui”. Ela vai dizer: “Ah, eu participei, só”. Entendeu? “Ah, eu só fiz isso aqui no trabalho”. Quer dizer que, antigamente, você dizia: “Esse trabalho é meu, pode perguntar o que você quiser daqui que eu vou te responder, qualquer coisa”. Então, essa foi a formação que eu recebi. Então, eu tenho um pouco de dificuldade nesse sentido, porque eu tenho, quero, eu faço colaborações, mas eu tenho que entender, e aí me toma mais tempo, claro, porque, se eu resolvo que vou fazer uma colaboração com a Psicobiologia e eu tenho que estudar memória, eu não sei nada disso, então eu tenho que estudar, vou ter que perder o tempo lendo todo o material. Entendeu? Então consome muito mais tempo. Os professores hoje não estão fazendo mais isso, estão cada um na sua especialidade. Então junta todo mundo... (EF7, 2007, p. 6)

Eu acho que, então, a avaliação [da Capes] não é, eu acho, que tão adequada, e muitas vezes você pode até ainda criar situações, eu não digo aqui, mas o que pode ser feito? Alguns docentes, eu não digo aqui na universidade, mas podem falar assim: “*Olha, agora eu vou colocar o seu nome no meu trabalho e o meu nome vai no seu*”. Isso a gente sabe que acontece. Eu voltei agora dos Estados Unidos e eu estava vendo, a gente vai fazer um congresso internacional aqui em [...] E eu estava vendo uma comissão internacional pra selecionar nomes pra serem convidados como conferencistas, e alguns nomes, alguns pesquisadores que foram indicados, se a gente entra no *Medline* e a gente vê o número de publicações deles, muitos deles têm uma publicação por ano, no máximo duas publicações por ano, e esses indivíduos continuam a ser respeitados, prestigiados, com publicações que têm um impacto, têm um peso, mas que é considerado inclusive nas instituições de fomento,

como o próprio NEA, que é a principal agência de fomento de verbas americanas [estadunidenses] pra área de Saúde e Biologia. Então, a pessoa lá... Existe, é obvio, uma competitividade, mas esse estresse não é tão grande. Aqui eu acho que todo esse problema ele faz com que você opte ou coloque as suas prioridades. E, muitas vezes, uma das prioridades que é, aliás, aquela que não se torna prioridade, muitas vezes é a própria graduação, que é deixada em segundo plano (EF3, 2007, p. 3-4, grifos nossos).

Produtivismo acadêmico e pressão institucional

Em parágrafos anteriores, comentou-se sobre o movimento contraditório entre a não-participação dos professores em diversos espaços de gestão induzida pelo produtivismo acadêmico e a possibilidade de centralização da gestão universitária, bem como do subsistema federal de educação superior. A gestão se burocratiza tendo parâmetros técnicos a orientá-la, os quais se apresentam como isentos no plano político. Isto mostra a construção ideológica do produtivismo acadêmico e a forma burocrática pela qual os professores internalizam esses valores.

No entanto, como também se pôde argumentar, os dirigentes são pressionados pelo Ministério da Educação. Tal processo resulta em pressão institucional dos pró-reitores sobre os alunos, professores, coordenadores de cursos, chefes de departamentos, coordenadores de programas de pós-graduação e diretores de centro. Neste contexto, realiza-se a prática universitária e se forma o professor, seu trabalho, sua identidade e a identidade da Ifes, com severas conseqüências para a vida pessoal de todos.

Bom, a gente tenta se equilibrar, até porque meu colesterol subiu [risos]. [...] A gente sente que você, não só tem que publicar, como tem que ter contatos no exterior. Se faz trabalho no exterior, é porque você está colaborando, então é por isso que você publica. Se não faz é porque não tem as colaborações. *Então, eu acho que as exigências estão muito grandes e a gente acaba fazendo uma ciência não bem delimitada, no sentido de que muitas vezes você é obrigado a fragmentar um trabalho, publicar o trabalho...* Então eu acho que cai um pouco a qualidade desse trabalho. Essa pressão é negativa nesse sentido. E como precisamos publicar além de outras coisas, então eu não vejo como diminuir o ritmo. Então, tento fazer o controle nos finais de semana, feriados, mas... – E: Você tem tirado férias normalmente? – P: Eu tiro férias em função de crianças, *mas a gente simplesmente transfere o escritório pra casa*, a menos que você se proponha a sair realmente de São Paulo. (EF6, 2007, p. 5, grifos nossos)

Eu acho que está passando dos limites. O nível de exigência está muito grande, e eu acho que o que contribui é não só a questão de ter que publicar mais e publicar em revistas de alto impacto como, enfim, a diversidade de coisas

que se tem que fazer pra satisfazer as instituições financeiras. Mas isso está um pouco na cabeça da gente também, porque essas coisas de avaliar pessoas e as pessoas se avaliarem, infelizmente, isso não fica de cima pra baixo, fica entre nós. Está todo mundo se olhando no Lattes. – E: Um fica entrando no Lattes do outro. – P: Fica. E usa isso ou pra humilhar ou pra se apoiar, e no fim a gente sabe que muitas dessas publicações, dessas políticas de publicação são furadas e elas são direcionadas, sim. [...] Ela [pesquisadora brasileira de uma universidade estadunidense] ainda me disse que nas revistas americanas [estadunidenses] só publica quem conhece os editores. Ela me falou textualmente isso. Você precisa ligar pros editores, se eles são seus amigos, e falar: “Como é que você não vai aprovar o meu trabalho?” Isso mostra que o nosso esforço pra publicar lá fora nas revistas é em vão. – E: Vocês pagam pra publicar? – P: Depende da revista. – E: Há mais revistas que cobram ou menos? – P: Acho que mais que cobram. Mas a gente ainda tem o apoio da Fapesp, mas é paga! O Brasil paga! (EF6, 2007, p. 11)

O produtivismo acadêmico já se pôs tanto nas relações desenvolvidas no cotidiano das Ifes e concretizadas na prática universitária que parece ter assumido a “Síndrome de Chantecler”: um galo fadado a cantar por toda a vida para que o sol raie. Dito de outra forma, a ideologia do produtivismo acadêmico já se enraizou na instituição e no professor pesquisador. Ou, ainda, lembrando Lutero, analisado por Marx no “Terceiro manuscrito” (1991, p. 163), cada fiel tem um pastor dentro de si. Vejam-se os excertos que se seguem:

Eu não vou pegar orientando porque eu vou sair pra pós-doutorado, então não vou pegar mesmo. O meu pós-doutorado eu vou fazer no exterior. Voltando, eu não sei. Eu realmente tenho feito coisas que às vezes eu falo: “Mas por que você faz isso?” A parte de proposição do doutorado quem fez foi o coletivo, mas toda a parte burocrática fui eu e uma funcionária. Eu fiquei três meses enfiada dentro de um quarto e a sensação que eu tenho é que ninguém reconhece. Isso exige! Sabe o que é fazer uma proposta de doutorado e ela ser aceita direto? O que demanda de parte burocrática? Eu não estou falando das idéias, não, as idéias não foram minhas e, pra todo mundo, a impressão que eu tenho é que se uma funcionária tivesse feito... Que não tem nenhum reconhecimento disso e, se precisasse, eu tenho certeza que eu faria de novo. *Acho que eu tenho uma paixão que eu não consigo explicar. Eu realmente não tenho resposta. Eu vejo que eu sou explorada, mas eu compactuo com essa exploração. Eu não sei explicar por que, parece que vai cair a estrutura e me dá agonia ficar 45 minutos e ninguém se oferecer pra fazer aquilo. Eu acabo: “Então deixa aqui comigo”.* Foi o caso de uma professora. Ela trabalha com educação de jovens e adultos, tem projetos com o MST. O interesse dela é outro e forçadamente ela acabou assumindo a coor-

denação, e horas e horas com o documento de legislação, que nós fizemos o Projeto Político-Pedagógico. Ela, principalmente, que é a coordenadora, eu sou a vice dela, mas foi um constrangimento, porque, a pessoa saindo, ninguém assume. Agora, por que eu? Não sei! (EA6, 2007, p. 12, grifos nossos) Veja bem, eu acho que não é muito diferente, exceto pelo ritmo de vida que a gente procura cultivar e, até certo momento, eu percebi que isso estava acontecendo cada vez mais, eu estava me perdendo no meio disso tudo, levando trabalho pra casa todo dia, o que com frequência ainda levo, mas a gente procurou modificar um pouco esse ritmo e isso exige um esforço, porque permanece alto, *porque você vai se envolvendo e a demanda vai aumentando e a gente tem dificuldade de dizer não, porque você se sente comprometido nisso e isso vai fazendo com que você se coloque dentro de uma bola de neve e essa coisa vai embora... Mas o que eu procurei fazer foi exatamente esse tipo de análise crítica pra perceber que tinha uma coisa que não estava bem e que precisava ser corrigida, a partir do momento em que...* – E: Você teve problemas de saúde? – P: *Sim, exatamente isso que eu ia colocar. A partir do momento em que eu comecei a perceber que a minha saúde estava ficando complicada... Eu sempre tive uma saúde muito boa, uma saúde excelente. Eu nunca tive grandes problemas de saúde... Coisas pequenas que não afetavam tanto a qualidade de vida. Mas a idade vai chegando e começa a vir...* – E: Você está com quantos anos, desculpe? – P: Com 52 anos, sou de 1955. *Então o estresse vai chegando, aí vem uma labirintite pra cá... Eu fico contente em fazer esporte, mas eu tenho um joelho que começa a falhar, que começa a doer e começo a ter que deixar o esporte. Eu estou sentado nessa cadeira aqui e quando eu ia me levantar precisava de uns 25 segundos pra me colocar na vertical até ela esticar toda. Eu ia sentar no carro e quando eu me sentava ia me escorregando pelo banco até chegar ao fundo: "É, está tudo errado!" Então resolvi... Isso tem o quê? Uns dois a três anos. Eu resolvi procurar um médico pra ver a minha labirintite. Então ele disse o seguinte: "Olha, isso tem tudo a ver com o estresse, tem que diminuir e controlar, tem que diminuir tudo isso, procura diminuir o ritmo de trabalho ou procura modificar o comportamento"* (EE1, 2007, p. 6-7, grifos nossos).

A amostra nas sete Ifes permitiu 49 entrevistas. A análise dos depoimentos transcritos permite a afirmação de que, em sua maioria, os professores-pesquisadores levam trabalho para casa. Em um dos casos, o docente estava doente e mesmo neste estado pretendia fazer leitura de tese de orientando. No entanto, há alguma resistência a este hábito atual, inexistente em outras épocas.

Não, eu não fiz. Eu procuro preservar... Aqui no cargo, até pra me equilibrar, eu tenho feito isso comigo, eu tenho... Como passo a semana toda inteiramente ligado, chega ao final de semana eu tenho mais uma atividade cultural,

familiar, a gente sai. Semana passada... Fomos andar a cavalo, fomos visitar uns colegas na fazenda. A gente tem uma chácara aqui no entorno que eu freqüento com a família, não tem trabalho. A minha mulher é professora, não tem trabalho. (EE6, 2007, p. 20)

O excerto acima pode ser considerado uma possibilidade de lidar com o ritmo do trabalho intensificado e precarizado nas universidades federais. No entanto, há sempre a contrapartida. Mesmo tendo direitos trabalhistas a garantir gozo de férias, licenças sabáticas e licenças-prêmio, muitos continuam a dedicar-se integralmente ao trabalho.

Eu nunca tirei uma licença, nunca! Licença-prêmio, licença sabática, qualquer coisa que você pensar, eu nunca tirei uma licença. – E: Por quê? – P: Porque, o que eu vou fazer em casa durante uma licença-prêmio? O que é que eu vou fazer? Licença sabática... – E: Você poderia viajar. – P: Sim, mas viajar pra onde? Eu tenho filho de 6 anos na escola, e grana, também... Eu tenho uma criança de 6 anos na escola, de 10 anos, eu não posso sair três meses com essas crianças e deixar sem a escola, entendeu? Quer dizer, eu tenho uma situação particular, eu “fiz” meus filhos só no segundo casamento, e já com 40 anos. Eu “fiz” a primeira com 44, está certo? Então, já é uma situação particular, digamos assim. Eu vou pensar no que eu vou fazer fora do trabalho, eu vou trabalhar em outra coisa! Então, por exemplo, pós-doutorado. Eu já tive a bolsa da Capes dentro de um projeto, que tinha que ir pra Portugal. Quando eu avaliei os custos de levar a minha família, eu desisti. Eu não vou pra Europa, ficar lá. Eu queria que eles fossem comigo, pra conhecer outro país, ter oportunidade de passear também. Chequei e desisti. Na época ainda era dólar, não era nem euro ainda. Agora já está em euro. Dá uma diferença de pelo menos um 30%. Mas era em dólar, entendeu? Então, o que acontece? Eu desisti! Fiz projeto, por exemplo, pra Argentina. Minha mulher me perturba: “Vai pro pós-doutorado lá”. Mas eles não querem ir comigo, e eu não vou sozinho. Eu já terminei o doutorado há 17 anos, há 18 quase e não fiz pós-doutorado até hoje. Eu também não sinto necessidade. Já migrei de área. É uma situação que você vive, é um momento que você vive pessoal, individual e profissional em que você encaixa uma situação: “Agora nós vamos estudar outra coisa, vou reciclar outro tema”. Uma série de coisas. A gente tem feito essas coisas... Agora, essa é uma questão muito complicada, porque essas mudanças todas pegaram a gente numa situação em que nos elegeram como os grandes vilões da história e a história está mostrando que os vilões foram penalizados, mas a vilania continua, ou seja, a Previdência continua problemática e não foi a mudança na aposentadoria dos servidores públicos que criou esse problema... [...] E passar de 53 anos pra 60 foi uma mudança radical na vida de todos os professores. Eu tive colegas que quase tiveram problemas de saúde, tal o grau de irritação do cara, que faltavam três meses. (EA3, 2007, p. 8)

Este capítulo, "Centralidade da pós-graduação e produtivismo acadêmico", permitiu examinar como a burocracia do Estado, orientada pela matriz derivada da mundialização do capital, expressou-se na instituição universitária estatal pública, tornando-se o pólo irradiador da verdadeira reforma universitária.

A análise dos excertos dos depoimentos, aqui feita à luz dos supostos teóricos deste estudo, permitiu a compreensão das múltiplas maneiras como se desenvolveu o produtivismo acadêmico, instrumental e ideológico nas instituições. Este processo legitima a nova identidade das Ifes e de seu professor, por meio do novo papel da Capes e do CNPq.